Capítulo 2

O prisioneiro

Evanir Pavloski

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PAVLISKI, E. O prisioneiro. In: *1984: a distopia do indivíduo sob controle* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, pp. 91-157. ISBN 978-85-7798-218-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 2. O PRISIONEIRO

Com exceção de um pequeno número de privilegiados, o povo é todo o gênero humano.

Lammenais

Ao longo da leitura de *1984*, distinguimos três etapas na trajetória desenvolvida pelo protagonista.

Em um primeiro momento, a estrutura controladora da sociedade distópica é apresentada ao leitor por meio da apreciação, já em sua essência contestatória, de Winston Smith. Ao mesmo tempo em que a personagem é caracterizada pelo narrador, o regime do Grande Irmão é mapeado em suas especificidades organizacionais, tornando os dois aspectos narrativamente indissociáveis. Se o arcabouço político-social distópico destina todos os seus dispositivos para o controle do indivíduo, as características de tal regime só podem ser totalmente apreendidas por meio da análise de seus resultados sobre o sujeito. A personagem reflete o universo ficcional no qual está incluído e o espaço distópico se articula com o objetivo de moldar o indivíduo imerso nesse

sistema. Nessa etapa inicial, a análise do protagonista possibilita tanto o desvendamento das particularidades do espaço ficcional distópico articulado por Orwell, quanto as consequências provocadas pela imposição de uma estrutura social modelar nas concepções de indivíduo e de individualidade.

É importante observar que não poderá apreender esteticamente a totalidade e plenitude de uma obra de arte ficcional, quem não for capaz de sentir vivamente todas as nuances dos valores não-estéticos – religiosos, morais, político-sociais, vitais, hedonísticos etc. – que sempre estão em jogo onde se defrontam seres humanos. (CANDIDO et al, 1972, p. 46).

Além disso, nessa fase inicial da obra, os atos de revolta promovidos por Winston começam a tomar forma, sendo paulatinamente estimulados pela repugnância da personagem a tudo que a cerca. Ele verbaliza suas frustrações na forma de um diário e recorre à sua inconstante memória na tentativa de compreender o seu próprio mundo. Contudo, esse entendimento só será alcançado por meio da dor e do sofrimento que inevitavelmente o aguardam nos porões do Ministério do Amor.

Em um segundo momento, o protagonista passa a atuar de forma ainda mais arriscada, assumindo sua relação amorosa com Julia e indo de encontro àqueles que supostamente compartilhavam a sua revolta. Ainda que desde a etapa anterior Winston já se autointitule como alguém condenado, o seu progressivo contato com aquilo que pode desfrutar, aliado à consciência de que sua luta não é totalmente solitária, produz na personagem uma centelha de esperança.

Na etapa final de sua jornada, o protagonista finalmente se depara com as consequências de seus atos criminosos, os quais, tanto do ponto de vista prático quanto ideológico, são imperdoáveis. Entretanto, nos subsolos da Oceania, a personagem encontra algo pior do que a morte. O Partido não deseja a destruição do indivíduo, mas a sua normalização. Assim, inicia-se o árduo processo de readaptação e condicionamento, ao longo do qual Winston encontra não apenas a compreensão e a aceitação que tanto buscou, mas também o amor incondicional pelo Grande Irmão, construído por meio da aniquilação da sua individualidade.

Esses três momentos correspondem, em termos amplos, ao desenvolvimento da ação dentro da obra, sendo possível apresentá-los da seguinte forma:

1. caracterização do espaço distópico e do protagonista; primeiros atos de contestação (Capítulos 01 a 08);
2. revolução assumida contra o regime pela concretização do relacionamento amoroso, pela criação de um espaço utópico dentro da distopia e pela busca por companheiros de causa dentro do próprio Partido (Capítulos 09 a 17);
3. confinamento e readaptação (Capítulos 18 a 23).

Diante dessas etapas, a trajetória desenvolvida por Winston Smith apresenta particularidades estruturais, seguindo um padrão muitas vezes inverso ao modelo de muitas narrativas heroicas tradicionais. Nesses textos, o herói move uma jornada em busca de verdades últimas e de uma consciência mais aguçada em relação ao mundo no qual vive, alcançando os seus objetivos após enfrentar toda a sorte de obstáculos. Em contrapartida, o protagonista de *1984* é apresentado em uma posição consciente em relação aos aspectos sociais do espaço ficcional e, a partir de sua jornada contestatória revolucionária, encontra no desfecho da ação, ao invés da vitória e do reconhecimento, a derrota e a inconsciência. Essa aparente inversão dos pontos de partida e de chegada enfatiza o caráter distópico do texto de Orwell, uma vez que, na distopia, os elementos do mundo real são transmutados de acordo com uma perspectiva tétrica e inquietante. A respectiva análise das características do herói distópico será oportunamente desenvolvida em uma seção posterior.

No momento, é importante salientar que, a nosso ver, o caminho percorrido pelo protagonista no decorrer do romance possibilita a análise não apenas de aspectos relevantes a sua caracterização, mas também dos elementos constitutivos da obra como um todo, os quais a colocam como referência imediata dentro da literatura distópica. Dessa forma, damos início à análise dos três momentos que compõem a revolução malograda de um único homem chamado Winston Smith, dentro do universo totalitário articulado por George Orwell.

Na primeira parte de *1984*, na etapa inicial da trajetória de Winston Smith, o modelo social distópico é apresentado ao leitor

juntamente com a progressiva caracterização da personagem. Como salientamos anteriormente, no modelo narrativo utilizado por Orwell, espaço e personagem constituem aspectos indissociáveis para o desenvolvimento total do texto.

Ao mesmo tempo em que a sociedade da Oceania é descrita e analisada pelo narrador sob a perspectiva do protagonista, o leitor tem acesso aos efeitos dos diversos mecanismos controladores sobre o indivíduo, os quais são inerentes a essa estrutura. Assim, a análise da personagem se vincula diretamente à análise da composição da distopia figurada pelo autor. Há, nesse sentido, uma inter-relação personagem-espaço, uma vez que diversas características do protagonista são um produto dos moldes comportamentais impostos socialmente.

Entretanto, esse processo de normalização não é totalmente eficiente em Winston. Caso fosse, toda a narrativa de *1984* seria inviável devido à completa anulação da consciência individual projetada pelo Partido. O protagonista, ao contrário, sustenta um posicionamento crítico diante dos vários dispositivos que visam a sua massificação. A sociedade se reflete no indivíduo e este representa o grau de eficiência dos seus reguladores sociais.

É preciso, contudo, ressaltar um ponto importante em relação a esse primeiro momento da narrativa: uma vez que as reflexões de Winston guiam os leitores ao longo da obra, não lhes é possível conhecer aquilo que o próprio protagonista desconhece. Ainda que desde o início do texto seja perceptível o discernimento da personagem em relação ao seu mundo, o protagonista não compreende totalmente os objetivos que movem o Partido. Dessa forma, o leitor é convidado a participar do processo de aprendizagem e entendimento de Winston, que será completado apenas nos últimos capítulos da obra e de forma peculiarmente trágica.

Nessa primeira parte, portanto, são apresentados os mecanismos de controle utilizados pelo regime do Grande Irmão e suas respectivas consequências na vida diária de um indivíduo. Por meio de suas reflexões distintivamente autônomas, o protagonista percebe a funcionalidade desses dispositivos, mas não apreende as suas finalidades. Assim, nessa seção inicial de *1984*, estaremos diante de descrições que se vinculam a uma esfera cognoscitiva representável pelo questiona-

mento “*como?*”, sendo que os “*por quês?*” são reservados para o violento desfecho da obra.

Para o crítico literário James Phelan, a divisão estrutural de *1984* em três seções atende aos propósitos do autor em relação ao desenvolvimento do enredo e da tensão central da narrativa: a *crimideia* cometida por Winston. Phelan utiliza o termo *progressão* para se referir a essa organização interna do texto. Julga que Orwell estabelece propositamente o conflito entre o protagonista e o regime totalitário da Oceania já nas primeiras páginas do livro para logo após deixá-lo em suspensão até o final da primeira parte. Durante esse período, o leitor é familiarizado com as características distópicas da sociedade ficcional, compreendendo mais claramente a gravidade e as implicações das atitudes do protagonista que compõem o eixo de toda a ação. “No final do Livro I Orwell reduziu muito – ainda que não totalmente – a tensão e simultaneamente complicou o nosso entendimento da instabilidade central”³⁸ (PHELAN, 1989, p. 30).

Nas primeiras linhas do texto, o protagonista e o espaço ficcional são introduzidos de maneira direta, colocando o leitor dentro da ação e não despertando, já de início, o estranhamento característico da literatura distópica.

Era um dia frio e ensolarado de abril, e os relógios batiam treze horas. Winston Smith, o queixo fíncado no peito numa tentativa de fugir do tempo impiedoso, esgueirou-se rápido pelas portas de vidro da Mansão Vitória; não porém com rapidez suficiente para evitar que o acompanhasse uma onda de pó áspero. (ORWELL, 2003, p. 5).

A precariedade da vida da personagem e sua aparente posição na hierarquia social são ressaltadas pelo ambiente fétido e mal conservado de seu domicílio.

O saguão cheirava a repolho cozido e a capacho de trapos. Na parede do fundo fora pregado um cartaz colorido, grande demais para a exibição interna. Representava apenas uma cara enorme, de mais de um metro de largura: o rosto de um homem de uns quarenta e cinco anos, com espesso bigode preto e traços

rústicos, mas atraentes. Winston encaminhou-se para a escada. Inútil experimentar o elevador. Raramente funcionava, mesmo no tempo das vacas gordas, e agora a eletricidade era desligada durante o dia. (ORWELL, 2003, p. 5).

Ainda que a sinestesia dessa cena já aponte para aspectos do tipo de sociedade na qual o enredo irá se desenvolver, o leitor pouco poderia supor sobre o tipo de sociedade a ser figurada em *1984*. Assim, o primeiro contato com a estrutura social criada por Orwell se estabelece muito mais por uma extensão da realidade externa à obra do que por uma introdução detalhada dos elementos que a distanciam da realidade.

Da mesma forma, a esparsa descrição inicial do protagonista não coloca em questão os atributos que posteriormente sobre ele serão revelados, como o seu posicionamento crítico e o seu anseio pela destruição do Partido.

O apartamento que ficava no sétimo andar e Winston, que tinha trinta nove anos e uma variz ulcerada acima do tornozelo direito, subiu devagar, descansando várias vezes no caminho [...]. Winston foi até a janela: uma figura miúda, frágil, a magreza do corpo apenas realçada pelo macacão azul que era o uniforme do Partido. O cabelo era muito louro, a face naturalmente sanguínea, e a pele arranhada pelo sabão ordinário, as giletes sem corte e o inverno que mal terminara. (ORWELL, 2003, p. 6-7).

Winston é apresentado como um homem simples, maltratado pela insalubridade de sua vida e pelo poucos recursos de que dispõe. Até aqui o leitor se depara com a descrição de um indivíduo comum vivendo em um espaço que até o momento não apresenta grandes indícios de anormalidade. “Ainda que Winston distinga-se de seus companheiros por sua inteligência e resistência ao Partido, não é dado a ele nenhum grande poder de ação – ele é um homem mais comum do que extraordinário”³⁹ (PHELAN, 1989, p. 32).

Entretanto, nada em *1984* é realmente aquilo que aparenta ser em um primeiro momento. Desde o princípio de seu texto, o autor revela um dos aspectos principais de sua criação distópica: a dualidade. Ao contrário de outros escritores como Thomas More e Tommaso

Campanella, os quais preferiram iniciar suas obras diretamente a partir das respectivas distâncias que cada uma delas apresenta em relação ao universo empírico, Orwell cria a ilusão do realismo como forma de enfatizar a duplicidade sustentada por praticamente todos os elementos de sua narrativa. Tanto o protagonista quanto a sociedade da Oceania escondem sob a superfície da normalidade características que definirão o primeiro como um deturpador da ordem pública e a segunda como uma estrutura meticulosamente organizada para o controle individual.

Ao ser percebida pelo leitor, essa dualidade provoca um novo tipo de tensão em relação à obra, a qual perdura ao longo de toda a seção inicial da narrativa e que se caracteriza pelo estranhamento da realidade interna do texto. James Phelan sustenta que,

Meu argumento sobre *1984* é de que os estranhamentos iniciais enfatizam a tensão (a diferença entre a obra e outras narrativas que sustentam a ilusão da realidade é uma questão de graduação) e que essa tensão não é – na verdade não pode ser – rapidamente resolvida⁴⁰. (PHELAN, 1989, p. 29).

Salientamos uma vez mais o grau de interdependência do protagonista e do espaço para o desenvolvimento da obra e, em especial neste momento, para a dualidade pretendida pelo autor. No mundo empírico, os pensamentos e as atitudes de Winston parecem ao leitor perfeitamente razoáveis e inofensivos.

Contudo, o indivíduo questionador representa uma ameaça para o regime do Grande Irmão. O próprio nome Winston Smith fornece indícios de uma caracterização ambivalente da personagem, considerando que Winston foi também o nome de um dos maiores estadistas da história mundial recente e que Smith é um dos nomes mais comuns da língua inglesa. Assim, Orwell salienta o dubio posicionamento do protagonista dentro da narrativa: ele é, ao mesmo tempo, um homem incomum e uma figura massificada.

O protagonista não é, portanto, aquilo que se supõe, mas só não o é porque a sociedade é diferente daquilo que aparenta ser. O homem comum é também um revolucionário e o sonho utópico de uma estrutura social perfeita é também um pesadelo a ser desvelado. Retornamos, assim, ao próprio princípio da distopia, isto é, a inversão de um ideal

social e dos elementos que o compõem. Como enfatiza Jerzy Szachi, “as contra-utopias tendem à apologia. Opõem o mundo dado e acabado ao mundo desejado por outros” (SZACHI, 1972, p. 119).

A esse paradoxo inicial vincula-se outro aspecto relevante do ponto de vista da recepção da obra: a criação progressiva do ambiente distópico de *1984* faz com que o leitor se desloque de uma perspectiva realista inicial, a qual está intimamente ligada ao conhecimento que este possui em relação ao seu próprio universo empírico, para o espaço ficcional do romance. Esse movimento se torna contínuo ao longo de toda a leitura, enquanto o estranhamento provocado pelo texto é continuamente contrabalançado pela experiência de mundo própria de cada leitor. Dessa forma, a narrativa alcança um efeito sobre o seu interlocutor que, ao mesmo tempo, aproxima e afasta o regime do Grande Irmão daquilo que é comumente considerado como real e concreto.

Ao iniciar o contato com a narrativa, o leitor julga estar diante de uma extensão da realidade, visão a qual é desestabilizada ainda nas primeiras páginas do primeiro capítulo. Entretanto, à medida que o diálogo entre leitor e texto se desenrola, o primeiro percebe que o espaço articulado por Orwell apresenta diversas variações de aspectos reais e historicamente localizados. É perceptível, portanto, a existência de dois paradoxos visivelmente ligados, um interno à narrativa e o outro no âmbito de sua recepção. O primeiro deles corresponde à caracterização do espaço como simultaneamente realizável e fantástico, sobre o qual discorreremos ainda há pouco. O segundo paradoxo se define pelo jogo de extensão e suspensão da realidade, mantido ao longo da obra, obrigando o leitor ora a se remeter a aspectos do universo experimental como forma de complementar a sua própria leitura, ora a sentir-se livre para encontrar as suas respostas no texto em sua completude. Esse movimento coloca em evidência nuances características do texto distópico: a sociedade do Grande Irmão é uma criação imaginativa e, portanto, não existe de forma concreta. Todavia, muitos elementos que a compõem são retirados da própria realidade, tornando o modelo social figurado uma prospecção tétrica passível de ser concretizada.

Percebem-se outros paradoxos ao longo da obra, por exemplo, as atitudes contestatórias do protagonista. Winston Smith pode ser considerado um herói ou um anti-herói? Que tipo de heroísmo é possível dentro de uma sociedade distópica?

Tais questionamentos são de grande relevância e serão especificamente abordados no momento apropriado. Contudo, as ações de Winston nessa primeira parte do texto são de ordem mais intimista e descritiva, o que não significa que não se caracterizem como transgressões. Em termos de organização narrativa, a primeira parte da obra situa o leitor no espaço ficcional e promove o desenvolvimento do protagonista, processo que se completa no início da etapa seguinte. Da mesma forma, a segunda parte do romance agrava os conflitos que se estabelecem e conduz a trama para o inevitável *denouement*.

Assim, manteremos inicialmente nosso foco sobre a constituição da sociedade distópica de 1984, a partir da visão do protagonista e em paralelo com os reflexos desse modelo social na sua vida, já que em muitos aspectos Winston ainda se mantém como um indivíduo passivo e controlado. Para tanto, é imprescindível a discussão dos pressupostos que norteiam o estabelecimento e a manutenção desse modelo social, os quais correspondem aos lemas e aos princípios abertamente divulgados, sustentados e impostos pelo Partido.

De onde estava Winston conseguia ler, em letras elegantes colocadas na fachada, os três lemas do Partido:

GUERRA É PAZ

LIBERDADE É ESCRAVIDÃO

IGNORÂNCIA É FORÇA

[...]

Lá embaixo na rua, o vento ainda fustigava o cartaz rasgado e a palavra Ingsoc ora aparecia ora desaparecia. Ingsoc. Os princípios sagrados do Ingsoc. *Novilíngua, duplipensar e a mutabilidade do passado*. (ORWELL, 2003, p. 7, 28) [grifo nosso].

Analisemos, portanto, a partir de agora, os mecanismos normalizantes que, atuando diretamente na trajetória do protagonista, constituem a distopia do indivíduo sob controle.

2.1. GUERRA É PAZ

Em um ensaio chamado “You and the Atom Bomb”, escrito em 1945, George Orwell analisa as possíveis consequências do trágico

desfecho da Segunda Guerra Mundial. Segundo ele, uma nova concepção de guerra estaria sendo gerada pela bipartição do mundo em duas grandes superpotências e pelo inegável avanço tecnológico da indústria bélica. Ao contrário do que muitos críticos sustentavam, Orwell acreditava que tais avanços não significariam a destruição generalizada dos Estados, mas um novo padrão de estabilidade sustentado pela redistribuição mundial das forças políticas e econômicas. Afirma ele que,

A teoria de James Burnham⁴¹ tem sido muito discutida, mas poucas pessoas já consideraram as suas implicações ideológicas, isto é, o tipo de visão de mundo, os tipos de crenças, e a estrutura social que provavelmente prevaleceria em um estado que se tornou inconquistável e em um estado de permanente “guerra fria” com os seus vizinhos⁴². (ORWELL, 1945 apud ORWELL; ANGUS, v. 04, p. 9, 1968).

Consequentemente, o próprio conceito de paz seria alterado nesse novo regime, uma vez que a equivalência bélica e o medo de uma eventual destruição mútua possibilitariam não apenas a centralização política em cada Estado, mas também a propagação de uma nova ordem social interna e externamente. “Se (a bomba atômica) é um objeto raro e dispendioso [...], é possível que ponha um fim nas guerras de larga escala ao custo de prolongar indefinidamente uma ‘paz que não é paz’”⁴³ (ORWELL, 1945 apud ORWELL; ANGUS, v. 04, p. 9-10, 1968).

Essas reflexões são transpostas para a obra de 1949, fazendo com que as projeções colocadas por Orwell nesse ensaio sejam levadas às últimas consequências no universo distópico.

Em *1984*, a guerra perene é um mecanismo de controle social e de manutenção do poder imposto pelo Partido, configurando o que poderíamos denominar de instrumentalização do conflito armado.

Tal procedimento faz com que todos os indivíduos estejam imersos em um estado de guerra infundável e condicionados por ele do ponto de vista econômico, ideológico, psicológico e social. As necessidades comumente geradas pelo enfrentamento belicoso são transformadas em dispositivos permanentes de normalização e de direcionamento dos sujeitos. Como afirma Jenni Calder:

Na Oceania há um estado de crise perpétua que é usado como uma arma para fazer com que as pessoas façam aquilo que é desejado, para que elas se submetam ao poder. Elas são persuadidas que os seus próprios interesses individuais são idênticos ao interesse nacional. Exatamente o mesmo estava ocorrendo na Inglaterra durante a guerra. Os indivíduos eram encorajados a acreditar que os seus esforços particulares, os seus sacrifícios particulares, ajudariam a vencer a guerra⁴⁴. (CALDER, 1976, p. 9).

Em seus estudos, Michel Foucault analisa a instrumentalização da guerra como dispositivo político de poder e controle. Segundo ele, a política apresenta como base aspectos de um conflito armado, os quais contribuem para a sustentação do poder dominante e a massificação dos indivíduos por meio de uma contínua disputa de forças. Segundo essa visão, o sujeito comum viveria imerso nesse enfrentamento sem, entretanto, exercer diretamente o poder que primordialmente lhe caberia como cidadão. “A repressão seria a prática, no interior dessa pseudo-paz, de uma relação perpétua de força” (FOUCAULT, 1981, p. 176, 177).

No que se refere ao romance de Orwell, é necessário salientar, primeiramente, que os acontecimentos anteriores à formação do regime do Grande Irmão e o processo de perpetuação dos conflitos são esparsamente recuperados pela memória inconstante de Winston.

Winston não podia lembrar definitivamente de uma época em que o país não estivesse em guerra, mas era evidente um intervalo de paz bastante longo durante a sua infância, porque uma de suas lembranças mais antigas era de um bombardeio que parecera a todos surpreender. Fora talvez quando a bomba atômica caíra em Colchester. [...]

Desde mais ou menos aquela época, a guerra fora literalmente contínua, embora, a rigor, não fosse sempre a mesma guerra. Durante vários meses, durante sua meninice, houvera confusas lutas de rua na própria Londres, e de algumas ele se recordava vivamente. (ORWELL, 2003, p. 34, 35).

Ainda que a origem da sociedade distópica de *1984* não seja de fundamental importância para a nossa discussão, é interessante notar a

menção feita pelo autor ao uso da bomba atômica como fator decisivo para a ascensão do Partido e do novo modelo social.

Além disso, cabe ressaltar a colocação de Winston, segundo a qual a guerra não é sempre a mesma guerra. A continuidade do conflito se baseia em um princípio de rotatividade dos inimigos, isto é, se em um dado momento a Eurásia e a Lestásia se aliam contra a Oceania, noutro as alianças e os ataques se invertem, mantendo sempre a proporção de duas nações contra uma e sem que uma vitória definitiva seja alcançada. O protagonista luta contra a sua própria memória para recuperar as características dos intermináveis conflitos:

Naquele momento por exemplo em 1984 (se é que era 1984), a Oceania estava em guerra com a Eurásia e era aliada da Lestásia. Em nenhuma manifestação pública ou particular se admitia jamais que as três potências se tivessem agrupado diferentemente. Na verdade, como Winston se recordava muito bem, fazia apenas quatro anos a Oceania estivera em guerra com a Lestásia e em aliança com a Eurásia. Isso, porém, não passava de um naco de conhecimento furtivo, que ele possuía porque a sua memória não era satisfatoriamente controlada. (ORWELL, 2003, p. 35-36).

No ensaio citado anteriormente, o autor já atentava para essa característica aparentemente paradoxal das guerras que poderia surgir e que faria parte da nova ordem mundial que se organizava após a deflagração da bomba atômica:

A bomba atômica pode completar o processo roubando todo o poder de revolta das classes exploradas e dos povos, e ao mesmo tempo colocando os possuidores da bomba em bases de igualdade militar. Incapazes de conquistar uns aos outros, eles tendem a continuar dividindo o controle do mundo entre eles...⁴⁵. (ORWELL, 1945 apud ORWELL; ANGUS, v. 04, p. 9, 1968).

Contudo, o paradoxo não vai além do mundo das aparências. Em *1984*, a continuidade da guerra atende a objetivos bem definidos. Como salientamos previamente, Winston não compreende esses objetivos em um primeiro momento, ainda que suas descrições já apontem

para os propósitos a serem revelados posteriormente. Dessa forma, para melhor analisarmos o conflito bélico como regulador social, é preciso antecipar um momento específico da trajetória do protagonista. Pouco antes de ser aprisionado, Winston visita O' Brien, com o intuito de se unir ao movimento de resistência contra o Partido. Ao ser aceito, a personagem recebe um livro considerado proibido e intitulado *Teoria e Prática do Coletivismo Oligárquico*, no qual todos os princípios que norteiam a sociedade do Grande Irmão são dissecados. “Um pesado volume negro, em uma encadernação tosca, sem nome nem título na capa” (ORWELL, 2003, p. 177). Esse documento pode ser entendido como uma coletânea das teorias organizacionais e burocráticas que constituíram o universo de *1984*. Assim, a união das descrições iniciais do protagonista e o conteúdo do livro por ele lido permitem uma discussão mais aprofundada dos mecanismos articulados pelo Partido.

Do ponto de vista econômico, a guerra contínua abrange dois aspectos intimamente ligados: a manutenção da hierarquia social e – utilizando o termo foucaultiano – a docilização dos corpos.

O primeiro aspecto recupera e expande a discussão sobre os limites da utopia e da distopia dentro do universo da obra. A partir das características da sociedade de *1984*, nos parece claro que, para George Orwell o avanço da tecnologia não significaria a erradicação das desigualdades, seja por meio de uma maior eficácia dos meios de produção, seja pela melhoria na qualidade de vida dos indivíduos. O autor rompe com a expectativa de utopistas que enxergavam na ciência o caminho mais curto para a definitiva harmonia social. Como encontramos no próprio romance,

O mundo de hoje é um planeta nu, faminto, e dilapidado, em comparação com o que existia antes de 1914 e ainda mais se comparado com o futuro imaginário aguardado pelos seus habitantes daquela era. No começo do século vinte, a visão de uma sociedade futura incrivelmente rica, ociosa, ordeira e eficiente – um refulgente mundo anti-séptico de vidro, aço e concreto branco de neve – fazia parte da consciência de quase toda pessoa alfabetizada. A ciência e a tecnologia se desenvolviam num ritmo prodigioso, e parecia natural imaginar que continuassem se desenvolvendo. (ORWELL, 2003, p. 182).

Para Orwell, a evolução tecnológica poderia criar a necessidade de novos meios de manutenção das desigualdades sociais e do poder estatal. Na sociedade do Grande Irmão, a produtividade gerada pela mecanização não deve ser absorvida igualitariamente pela população, uma vez que a conquista de bens materiais é o primeiro passo para a busca de novas conquistas. Entretanto, é preciso manter uma estabilidade social e produtiva capaz de assegurar o poder no qual se alicerça o Estado.

Tornou-se também claro que o aumento total da riqueza ameaçava de destruição – com efeito, de certo modo *era* a destruição – a sociedade hierárquica. Num mundo em que todos trabalhassem pouco, tivessem bastante o que comer, morassem numa casa com banheiro e refrigerador, e possuísem automóvel e mesmo avião, desapareceria a mais flagrante e talvez mais importante forma de desigualdade. Generalizando-se, a riqueza não conferia distinção. (ORWELL, 2003, p. 183).

Nesse contexto, a teoria da guerra surge como uma resposta adequada e particularmente eficiente. A perpetuação de um conflito, não importando quem o inimigo possa ser, possibilita a concentração dos recursos na indústria bélica, a qual não traz para a população qualquer tipo de benefício direto e demanda uma constante renovação dos produtos em vista da competitividade externa. Além disso, o escoamento da produção torna-se automático e o estado de guerra impossibilita reivindicações do uso de recursos em outras áreas crônicas da sociedade.

Era preciso produzir mercadorias, porém não distribuí-las. E na prática, a única maneira de o realizar é pela guerra contínua. O essencial da guerra é a destruição, não necessariamente de vidas humanas, mas dos produtos do trabalho humano. [...] A atmosfera social é a de uma cidade sitiada, onde a posse de um pedaço de carne de cavalo diferencia entre a riqueza e a pobreza. E, ao mesmo tempo, a consciência de estar em guerra, e portanto em perigo, faz parecer natural a entrega de todo poder a uma pequena casta: é uma inevitável condição de sobrevivência. (ORWELL, 2003, p. 184-185).

Deparamo-nos, então, com o segundo aspecto mencionado: a docilização dos corpos. Na Oceania, a guerra perpétua coloca os indivíduos em um regime de escassez que se aproxima de um estado de miséria subumana. Comida, produtos básicos de higiene e de vestuário são sumariamente racionados com o tendencioso propósito de canalizar todos os recursos possíveis para o combate aos inimigos estrangeiros. Desde a caracterização física de Winston Smith até os seus hábitos alimentares, o leitor percebe o grau de insalubridade a que todos os indivíduos estão sujeitos em *1984*. O protagonista, apesar de ter apenas trinta e nove anos, possui a aparência de um homem muito mais velho, apresentando uma constituição física fragilizada e problemas de saúde provenientes da má qualidade de vida.

Sendo a sociedade do Grande Irmão fundada em bases socialistas, o Partido é responsável pela distribuição de comida e de bens de consumo, além de drogas legalizadas que enfraquecem o corpo e a mente, como os cigarros e o álcool. A falta de alimentação é suprida pelos pequenos prazeres representados pelos vícios deliberadamente incutidos nos indivíduos, colaborando para a decadência biológica de cada um deles.

Em todas as épocas que lembrava com precisão, nunca houvera suficiente para comer, nunca tivera meias ou roupa branca que não fossem esburacadas, mobília que não fosse capenga e gasta; e cômodos mal aquecidos, trens subterrâneos apinhados, casas caindo aos pedaços, pão escuro, chá raro, café nojento, cigarros insuficientes – nada barato e abundante, exceto gim sintético. (ORWELL, 2003, p. 60-61).

Percebe-se que o protagonista mantém o senso crítico, o que constitui crime contra o regime do Grande Irmão: a *crimideia*. Esse discernimento fica evidente na passagem abaixo, quando Winston problematiza a naturalidade com que se encara a situação dos cidadãos da Oceania:

E conquanto as coisas piorassem com o envelhecimento do corpo, não era isto um sinal de ser diferente a ordem natural das coisas, quando o coração se confrangia ante o desconforto, a sujeira

e a escassez, os invernos intermináveis, as meias pegajosas, os elevadores que nunca funcionavam, a água fria, o sabão áspero, os cigarros que se desfaziam, a comida de sabor mau e estranho? Por que achar isso tudo intolerável, a menos que se tivesse uma espécie de lembrança ancestral de coisas outrora diferentes? (ORWELL, 2003, p. 61).

Tamanho desgaste físico, acrescido do volume de trabalho exigido de cada um dos membros do Partido, produz uma debilidade generalizada na população, a qual consegue concentrar suas forças em pouco mais do que a sua própria sobrevivência. Os corpos são docilizados pela insuficiência de praticamente tudo aquilo que constitui o mínimo para a vida humana, tornando impossível, em termos práticos, o levante de populares contra o regime estabelecido. Tudo em nome de um conflito infundável e institucionalizado pela sociedade distópica.

A voz da teletela fez uma pausa. Um toque de clarim, belo e límpido, flutuou no ar estagnado. [...] Más notícias, pensou Winston. E com efeito, depois de uma sanguinolenta descrição do aniquilamento de um exército eurasiiano, com formidáveis cifras de mortos e prisioneiros, divulgou-se a notícia de que, a partir da semana próxima, a ração do chocolate seria reduzida de trinta e nove gramas. (ORWELL, 2003, p. 27).

Reportamo-nos novamente a Foucault, para quem a estrutura disciplinar da sociedade – levada às últimas consequências na distopia de George Orwell – objetiva a modelação dos corpos e mentes dos indivíduos, direcionando-os para uma utilidade social específica, construindo um saber facilitador da manipulação das massas e solidificando o poder alimentado por esse conhecimento.

É interessante notar, por exemplo, os exercícios corporais aos quais os cidadãos da Oceania são arbitrariamente submetidos todos os dias. Não fosse suficiente a débil integridade física característica dos indivíduos, a voz proveniente das teletelas comanda um verdadeiro ritual de disciplinamento e obediência mental irrefletida, que não apenas reafirma, mas também garante a docilidade dos sujeitos. Winston não tem alternativa além de manter-se submisso e útil. Nessa primeira

seção da obra, o protagonista só pode enterrar os seus questionamentos no seu próprio íntimo e procurar refúgio na massificação que o rodeia. “Um calor quente e súbito dominou todo o corpo de Winston. O rosto continuou inescrutável. Jamais revelar desânimo! Jamais revelar ressentimento! Um simples olhar podia denunciá-lo” (ORWELL, 2003, p. 38).

Entretanto, a racionalização da economia pela produção bélica e o consequente domínio dos corpos constituem apenas uma das etapas para o cumprimento dos objetivos que norteiam o lema *Guerra é Paz*. Não basta vergastar o físico, é preciso controlar também a psique individual. Nesse sentido, a continuidade dos conflitos proporciona elementos de alto grau de eficiência no condicionamento ideológico da população.

Em primeiro lugar, a guerra em 1984 é transformada em um espetáculo que deve ser prestigiado por todos e a todo o tempo. As supostas vitórias são comemoradas com execuções públicas, linchamentos coletivos e filmes sádicos que expõem detalhadamente a destruição dos inimigos. Winston menciona em diversos momentos da narrativa a organização constante desses eventos, nos quais a presença de cada indivíduo é ao mesmo tempo salutar e compulsória. É interessante notar que a permanência do conflito provoca na personagem o endurecimento característico daqueles que participam de um regime que dá pouco valor à vida humana. Criticidade e insensibilidade se revelam simultaneamente nas descrições apresentadas pelo protagonista.

Ontem à noite ao cinema. Tudo fitas de guerra. Uma muito boa dum navio cheio de refugiados bombardeado no Mediterrâneo. Público muito divertido com cenas de um homenzarrão gordo tentando fugir nadando dum helicóptero, primeiro se via ele subindo descendo água que nem golfinho, depois pelas miras do helicóptero, e daí ficava cheio de buracos o mar perto ficava rosa e de repente afundava como se os furos tivessem deixado entrar água. público dando gargalhadas quando afundou. (ORWELL, 2003, p. 11).

Compartilhando o posicionamento do protagonista, o leitor se inquieta com o espetáculo montado a partir de sangue, gritos e explosões. Espetáculo cotidiano para os habitantes da Oceania e que, principalmente ao ser filmado, se transforma na atração principal dos poucos

momentos de lazer de que eles desfrutam. “Deviam ser enforcados aquela noite, no Parque, uns prisioneiros eurásianos criminosos de guerra. Isso acontecia uma vez por mês e era um grande espetáculo popular. As crianças sempre exigiam que as levassem” (ORWELL, 2003, p. 25).

A recorrência de tais eventos produz resultados interessantes para o Partido, por exemplo, a formação de um nacionalismo ufanista e a contínua exaltação do Grande Irmão como o líder máximo da sociedade e das tropas. Ao insuflar a exaltação desmedida da pátria, o Partido afasta os indivíduos das possibilidades de crítica ao regime e, em última análise, das suas próprias necessidades. O nacionalismo redireciona os desejos da esfera do particular para a do coletivo, uniformizando ideologicamente a população e tornando aceitáveis as piores condições de vida pelo bem da coletividade. Assim afirma Annateresa Fabris ao analisar a mística socio-funcional da guerra, “a atmosfera favorável a guerra, não apenas como momento circunstancial, mas, antes de tudo, como fator restaurador do ser social, como superação das ‘dispersões materialistas e egoístas’, como forjadora do cidadão consciente” (FABRIS, 1987, p. 151).

Nesse processo, o papel da guerra atua simultaneamente como meio de produção e produto final. Os constantes ataques inimigos colocam os cidadãos da Oceania em um estado de profunda inquietação, o qual, sendo bem fortalecido pelos veículos de propaganda oficial, desperta uma valorização de todos os elementos ameaçados pelo antagonista. Os indivíduos amam mais o seu país e os seus lares quando os veem em perigo. Ao mesmo tempo, a lógica nacionalista parece alimentar o conflito por meio de um silogismo bastante simples: a Oceania é a melhor e mais desenvolvida potência do mundo, conseqüentemente, as outras potências são inferiores; sendo assim, cabe ao país mais evoluído expandir para fora de suas fronteiras o seu modo de vida, trazendo o desenvolvimento para aqueles que não o desfrutam. Em conclusão, cabe à nação mais desenvolvida dominar e trazer para a luz, ainda que pela força, aqueles que ainda não encontraram o caminho para a harmonia. Dessa forma, vemos a guerra servindo como combustível para o nacionalismo e sendo valorizada pelo fortalecimento dos sentimentos nacionalistas, o que caracteriza um ciclo interminável de mútuo fortalecimento.

Aldous Huxley desenvolve essa ideia em seu livro *O Despertar do Mundo Novo*. Afirmo ele que

Os ideais vagos e incertos dos tempos de paz cedem lugar a uma definição incisiva do ideal do tempo de guerra – que é a vitória a qualquer custo; as complexidades desnorteantes dos padrões sociais durante o tempo de paz são substituídas pelo belo e simples padrão de uma comunidade lutando pela sua existência. O perigo aumenta o senso de solidariedade social e acende o entusiasmo patriótico. A vida adquire sentido, significação, e é vivida no mais alto grau de intensidade emocional. (HUXLEY, 1979, p. 121).

Na obra distópica de Orwell, a guerra nunca se encerra e, portanto, o processo descrito por Huxley jamais encontra termo. Os indivíduos se mantêm entusiasmados com o papel de sua nação no conflito e devotados aos desígnios do Partido diante das ameaças externas.

Além disso, a figura do líder assume primordial importância como elemento unificador e representativo da nação. O Grande Irmão, que já representava os mais altos ideais do Partido e da revolução, incorpora, por meio da guerra, todos os valores que supostamente distinguem a Oceania de seus inimigos e personifica a última linha de defesa desses ideais contra a agressão externa. Tal admiração se mantém estável indefinidamente e acaba atribuindo à sociedade da Oceania características teocráticas, as quais se aliam aos aspectos do autoritarismo fascista já presentes na obra, ou seja, a glorificação do líder político maior. A união desses aspectos atua diretamente na manutenção da estabilidade hierárquica, na concentração de poder cada vez maior nas mãos do Partido, na alienação dos indivíduos e na continuidade da guerra como dispositivo controlador. Aldous Huxley analisa esse processo da seguinte forma:

A principal causa da guerra é o nacionalismo, que é imensamente popular porque satisfaz psicologicamente os indivíduos nacionalistas. Todo nacionalismo é uma religião idólatra, cujo Deus é personificado pelo Estado, representado em muitos casos por reis ou ditadores mais ou menos deificados. [...] Todo o homem que acredite muito fortemente na idolatria nacionalista local, pode encontrar em sua fé um antídoto contra até mesmo o mais agudo complexo de inferioridade. Os ditadores alimentam as chamas da vaidade nacional e colhem a sua recompensa na gratidão de milhões, para os quais a convicção de que participam da

glória de uma divina nação mitiga-lhes o tormento da consciência de pobreza, ausência de importância social e insignificância pessoal. (HUXLEY, 1979, p. 96-97).

Em *1984*, fica claro desde o início do texto o grau de idolatria que perpassa toda a sociedade da Oceania. Basta lembrar a abundância de cartazes em que o olhar austero do Grande Irmão parece perseguir todos os indivíduos, tendo como apoio as palavras teoricamente reconfortantes: “O Grande Irmão Zela Por Ti!”. A adoração dessa figura máxima do Estado gera um distópico espaço de adoração que exige nada menos do que uma fidelidade cega e um amor incondicional. “Por toda parte há a mesma estrutura piramidal, a mesma adoração de um chefe semidivino, a mesma economia que existe para a guerra contínua” (ORWELL, 2003, p. 189-190, 191).

Winston Smith não apenas rejeita essa idolatria, mas também, à medida que o enredo se desenvolve, passa a contestar esse modelo teocrático. De forma inversa, o amor é substituído pelo ódio no íntimo do protagonista, de forma que, aos olhos da sociedade, ele se torna um traidor e um criminoso ideológico, o que em Novilíngua se traduz como *ideocriminoso*. No desfecho da obra, a mais grave punição a ser suportada pela personagem será exatamente a transformação do ódio em amor, uma vez que, para o Ingsoc, não basta apoiar o regime, mas se deve amá-lo com todas as forças provenientes da inconsciência e da docilidade.

Além disso, a guerra contínua apresenta outra faceta do ponto de vista psicológico que não pode ser deixada de lado. O conflito bélico entre os superestados possibilita a canalização dos instintos agressivos dos indivíduos para um alvo comum, ao mesmo tempo em que fortalece a coesão do corpo social pela mitificação dos inimigos. Um culto ao ódio se forma no interior das fronteiras por meio da ignorância em relação às sociedades externas, do ufanismo patriótico arraigado na população, do orgulho nacionalista que prega a inferioridade dos estrangeiros e da constante ameaça dos valores que norteiam o regime. Segundo essa lógica, o amor ao Grande Irmão deve necessariamente existir em oposição ao ódio cultivado contra todos os seus opositores e, em um sentido mais amplo, a todos aqueles que se mostram inadequados aos modelos do Partido. Retornamos uma vez mais à discussão de Huxley sobre a guerra como dispositivo institucional:

O complemento da presunção é o desprezo pelos outros. A vaidade e o orgulho geram o desrespeito e o ódio. O desprezo e o ódio são emoções excitantes – emoções das quais as pessoas obtêm estímulos. Os partidários de uma idolatria nacional apreciam o estímulo do ódio e do desprezo pelos partidários de outras idolatrias. Pagam por esse prazer preparando-se para a guerra que a capitulação ao ódio e ao desprezo torna inevitáveis. (HUXLEY, 1979, p. 97).

Esse estímulo constitui um dos pilares do sólido poder sustentado pelo Partido. Os espetáculos punitivos se associam a cerimoniais ritualísticos bem organizados, nos quais o ódio é direcionado contra alvos específicos e cultivado como um atributo de grande importância para os cidadãos da Oceania. Tais reuniões são divididas em dois tipos: os *Dois Minutos do Ódio* e a *Semana do Ódio*. O primeiro é uma prática diária, vista como um exercício de lealdade para com o Partido. Em contrapartida, a semana dedicada ao ódio é um evento anual e festivo, no qual são glorificadas as vitórias do Partido e a sabedoria do Grande Irmão. As inversões realizadas pelo autor dificilmente passam despercebidas. Os minutos dispensados diariamente parecem remontar as práticas de alguns regimes totalitários em que as demonstrações de patriotismo são constantes, enquanto a *Semana do Ódio* parece ser uma versão distópica de celebrações que exaltam o amor e o nacionalismo. Nessas ocasiões, as figuras centrais dos ataques são a potência contra a qual a Oceania está em guerra e Emmanuel Goldstein, considerado como o grande traidor do regime e líder de um mítico foco de resistência chamado de Fraternidade.

O programa dos Dois Minutos de Ódio variava de dia a dia, sem que porém Goldstein deixasse de ser a personagem central cotidiana. Era o traidor original, o primeiro a conspurcar a pureza do Partido. Todos os subsequentes crimes contra o Partido, todas as traições, atos de sabotagem, heresias, desvios, provinham de seus ensinamentos. [...] Era o objeto de Ódio mais constante que a Eurásia ou a Lestásia, porquanto, quando a Oceania estava em guerra com uma dessas, em geral estava em paz com a outra.
[...]

No sexto dia da Semana do Ódio, depois das passeatas, discursos, cursos, gritaria, cantoria, bandeiras, cartazes, filmes, esculturas em cera, rufar de tambores e guinchar de clarins, reboar de pés em marcha, ronco das esteiras dos tanques, zumbido dos aviões no ar, troar dos canhões – depois de seis dias de atividade, quando o grande orgasmo se aproximava trêmulo do clímax e o ódio geral contra a Eurásia se condensara em tamanho delírio que a multidão teria certamente esquartejado com as unhas os dois mil prisioneiros de guerra eurasionos cujo enforcamento público se realizaria no último dia. (ORWELL, 2003, p. 16, 17, 174-175).

Entretanto, a sublimação do ódio não se configura apenas como uma inversão dos conceitos que norteiam o mundo empírico. A funcionalidade social desse processo é relevante e pormenorizada pelas descrições do protagonista. As frustrações dos indivíduos em relação à qualidade de vida e mesmo os seus instintos mais primitivos são normalizados e canalizados por meio de explosões emotivas cuidadosamente controladas. Qualquer forma de descontentamento e revolta, que potencialmente colocariam em risco a estabilidade do regime, é liberada por meio de uma válvula de escape comum a todos os sujeitos, ou seja, a hostilização dos inimigos da sociedade. Ocorre, dessa maneira, uma homogeneização institucional da violência passível de ser demonstrada pelos sujeitos, obscurecendo os anseios individuais e afastando, por meio da massificação, os perigos que cercam o desordenamento emocional da população. Em *1984*, todos descarregam o ódio, meticulosamente alimentado, sobre os opositores do Grande Irmão e, conseqüentemente, reafirmam o seu amor pelo líder máximo da sociedade.

No mesmo momento, porém, arrancando um profundo suspiro de alívio de todos, a figura hostil fundiu-se na fisionomia do Grande Irmão, de cabelos e bigodes negros, cheio de força e de misteriosa calma, e tão vasta que dominava toda a tela. [...] Nesse momento, todo o grupo se pôs a entoar um cantochão ritmado “G.I!!.. G.I!!.. G.I!!..”. [...] Era um estribilho que se ouvia com frequência nos momentos de emoção dominadora. Era em parte um hino à sapiência e majestade do Grande Irmão, porém, mais que isso, era auto-hipnotismo, o afogar deliberado da consciência por meio do barulho rítmico. (ORWELL, 2003, p. 18).

Apesar de representar um dos elementos comprometedores dessa uniformidade, Winston Smith participa ativamente dessas ocasiões de exorcismo psicoemocional, sendo que, em determinados momentos, a própria personagem não consegue evitar a contaminação pela irracionalidade entusiasticamente produzida e liberada pelos seus companheiros. Contudo, é importante salientar que o alvo para o qual o ódio do protagonista se direciona muitas vezes se distingue daquele da maioria. Suas agressões verbais e suas demonstrações de fúria, ainda que convincentes, não suprimem a sua insatisfação com a realidade na qual vive. Pelo contrário, essas sessões diárias catalisam o desprezo da personagem pela estrutura do regime como um todo. Dessa maneira, o dispositivo de controle se realiza em Winston de forma contrária, ou seja, o protagonista exterioriza o seu ódio pelo Partido se utilizando de um espaço em que tal ação passa despercebida.

Todavia, da mesma forma como em relação à espetacularização da guerra, Winston não é completamente imune aos princípios impostos pelo regime do Ingsoc. É a inadequação de Winston, resultante do fracasso parcial do processo de normalização, que impulsiona toda a obra e configura o crime pelo qual ele será finalmente castigado e readaptado.

O horrível dos Dois Minutos de Ódio era que, embora ninguém fosse obrigado a participar, era impossível deixar de se reunir aos outros. Em trinta segundos deixava de ser preciso fingir. Parecia percorrer todo o grupo, como uma corrente elétrica, um horrível êxtase de medo e vingança, um desejo de matar, de torturar, de amassar rostos com um malho, transformando o indivíduo, contra a sua vontade, num lunático a uivar e fazer caretas. [...] Assim, havia momentos em que o ódio de Winston não se dirigia contra Goldstein mas, ao invés, contra o Grande Irmão, o Partido e a Polícia do Pensamento; e nesses momentos o seu coração se aproximava do solitário e ridicularizado herege da tela, o único guardião da verdade e da sanidade num mundo de mentiras. No entanto, no instante seguinte se irmanava com os circunstanciais, e tudo quanto se dizia de Goldstein lhe parecia verdadeiro. Nesses momentos seu ódio secreto pelo Grande Irmão se transformava em adoração. (ORWELL, 2003, p. 16-17).

Finalmente, do ponto de vista social, a perpetuação da guerra é um dos fatores que produzem um clima generalizado de desconfiança extrema em todos os espaços compartilhados. Os confrontos externos são assimilados pelo corpo social, transformando os cidadãos em inimigos mútuos e dedicados espiões do Partido. No universo distópico, todos os possíveis laços de confiança e amizade são corrompidos pela ortodoxia irrestrita que busca nas mais simples ações e nos menores gestos o signo do desvio e da heterogenia. Dessa forma, a lealdade proveniente das relações interpessoais, que poderia representar uma ameaça para a autoridade do Partido, é destruída por meio de um radicalismo idólatra que une os sujeitos sob a égide do Grande Irmão. A guerra externa é transformada em um conflito interno permanente, no qual cada indivíduo é suspeito de ser um inimigo da sociedade e mantido em vigilância por todos aqueles que o circundam. Esse sistema de terrorismo social e ideológico possibilita a extensão do poder controlador do Partido para quase todas as instâncias da sociedade, incentivando a delação e a perseguição de ideocriminosos.

Era terrivelmente perigoso deixar os pensamentos vaguearem num lugar público, ou no campo de visão de uma teletela. A menor coisa poderia denunciá-lo. Um tique nervoso, um olhar inconsciente de ansiedade, o hábito de falar sozinho – tudo que sugerisse anormalidade, ou algo de oculto. De qualquer forma, uma expressão facial imprópria (ar de incredulidade quando anunciavam uma vitória, por exemplo) era em si uma infração punível. Em Novilíngua havia até uma palavra para caracterizá-la: chamava-se *facecrime*. (ORWELL, 2003, p. 63).

É interessante notar a ênfase que Orwell coloca sobre o papel das crianças na solidificação e perpetuação do totalitarismo distópico. Em *1984*, tanto o presente quanto o futuro do regime do Grande Irmão é cultivado por meio do condicionamento e da normalização infantil. Os jovens cidadãos da Oceania são os vigilantes mais eficientes e determinados na batalha contra os inimigos internos do Ingsoc. O ódio alimentado por esses pequenos espiões atinge tal grau de radicalismo que, em muitos casos, os próprios pais são as primeiras vítimas de suas carreiras como delatores. Assim, o Partido estende as suas ramificações para dentro, inclusive, do espaço familiar.

Quase todas as crianças eram horríveis. O pior de tudo era que, com auxílio de organizações como os Espiões, sistematicamente transformavam-se em pequenos selvagens incontroláveis, e no entanto nelas não se produzia nenhuma tendência de se rebelar contra a disciplina do Partido. Ao contrário, adoravam o Partido, e tudo quanto tinha ligação com ele. [...] Toda essa ferocidade era colocada para fora, dirigida contra os inimigos do Estado, contra os forasteiros, traidores, sabotadores, ideocriminosos. Era quase normal que as pessoas de mais de trinta tivessem medo dos próprios filhos. (ORWELL, 2003, p. 26).

Diante desse quadro, a única opção restante para Winston Smith é a dissimulação. A profunda impessoalidade resultante da transposição do conflito externo para dentro das fronteiras, das ruas e dos lares aumenta o sentimento de solidão do protagonista. Qualquer tipo de busca por um contato mais humano é tida como suspeita e, não raras vezes, criminosa. Na obra de Orwell, o enclausuramento do indivíduo é contínuo até o momento em que o seu próprio corpo não mais lhe pertence e apenas uma pequena região em seu íntimo pode se constituir como espaço para o exercício de alguma forma de liberdade. Todavia, como Winston aprende ao final da obra, esse resquício de individualidade é totalmente inaceitável para o Partido: o controle absoluto solidifica o poder absoluto.

Em conclusão, poderíamos afirmar que a guerra permanente não é travada contra nenhuma potência estrangeira, mas contra cada um dos cidadãos da própria Oceania. O objetivo do eterno conflito não é a dominação dos inimigos, mas a normalização e o controle de todos os aliados. Por meio desse mecanismo – ao mesmo tempo econômico, ideológico, psicológico e social – a estabilidade interna é assegurada por um novo conceito de conflito externo. Em 1984, uma nova forma de guerra é criada, de modo que surge uma nova maneira de conceber a paz: no universo distópico de Orwell, as duas concepções não são opostas, mas complementares. A disputa entre superpotências incapazes de conquistarem umas às outras não apenas perpetua indefinidamente a batalha, mas também institucionaliza a querela como dispositivo regulador social. Assim, os indivíduos mantêm suas atenções voltadas para a política externa em detrimento de suas próprias necessidades e direitos

individuais, de modo que o Partido estabelece um meio de canalizar os recursos que poderiam ser usados, por exemplo, na erradicação da pobreza. A passividade dos sujeitos diante desse quadro é alcançada pelo enfraquecimento e pela docilização dos corpos, pela insuflação dos valores nacionais e do patriotismo, pela espetacularização da guerra e pela exigência de uma ortodoxia radical que transforma os cidadãos em inimigos. Dessa forma, o regime do Grande Irmão encontra a sua estabilidade social por meio de um conflito sem fim e de um poder teocrático sem limites.

A guerra é travada, pelos grupos dominantes, contra seus próprios súditos, e o seu objetivo não é conquistar territórios nem impedir que os outros o façam, porém manter intacta a estrutura da sociedade. Daí, o se haver tornado equívoca a própria palavra “guerra”. Seria provavelmente correto dizer que a guerra deixou de existir ao se tornar contínua [...]. O efeito seria mais ou menos o mesmo se os três superestados, ao invés de guerrear, concordassem em viver em paz perpétua, cada qual inviolado dentro das suas fronteiras [...]. Uma paz verdadeiramente permanente seria o mesmo que a guerra permanente. Este, embora a vasta maioria dos membros do Partido só o compreendam num sentido mais raro, é o significado profundo do lema do Partido: *Guerra é Paz*. (ORWELL, 2003, p. 192).

Nesse contexto, o protagonista já apresenta a dualidade que vai caracterizá-lo ao longo da primeira seção da obra. Por um lado, Winston participa da massificação desenvolvida pelo Partido, de modo que alguns de seus atos são especialmente representativos do nível de normalização alcançado pela doutrina do Grande Irmão. Isso demonstra que, em certa medida, a personagem é também um produto do sistema. Por outro lado, o protagonista se define principalmente pela sua consciência em relação à sociedade distópica. Winston reconhece os dispositivos envolvidos na guerra permanente e, ainda que ele não consiga entender claramente os seus objetivos, a personagem relaciona tais elementos com a subserviência da população e a intolerância na qual a Oceania está mergulhada. Entretanto, o silêncio e a dissimulação são os meios pelos quais Winston tenta sobreviver. O seu desvio é ocultado

e os seus pensamentos são reprimidos como forma de prolongar a sua existência. Dessa forma, poderíamos dizer que uma guerra também se estabelece dentro do protagonista, uma vez que o medo e a revolta disputam cada reflexão e condicionam cada atitude. Essas forças verdadeiramente antagônicas, ao contrário daquelas envolvidas no conflito mantido pelos superestados, produzem um indivíduo em constante tensão e sempre à beira de uma ação extrema. Paradoxalmente, nos parece que essa luta interna é o elemento que mantém a sanidade da personagem no mundo aparentemente insano da distopia. Paulatinamente, a inadequação e o desprezo de Winston pelo regime serão reforçados ao longo da seção inicial de sua trajetória, transformando-se em ações cada vez mais enfáticas até atingirem um clímax que marca a abertura da parte seguinte do enredo, no qual a contestação silenciosa se transforma em atos.

Passemos agora para o segundo lema do Partido e as suas implicações no controle dos indivíduos em *1984*, tendo em vista o papel dualista, ainda que até o momento essencialmente passivo, desempenhado pelo protagonista.

2.2. LIBERDADE É ESCRAVIDÃO

Diferentes conceitos de liberdade podem ser percebidos coexistindo ou se sobrepondo ao longo da narrativa. O Partido, os proles e Winston Smith sustentam ideais de liberdade totalmente diversos que, especialmente no caso do protagonista, deflagram instabilidade e alimentam a principal crise dentro do espaço narrativo.

Winston representa o esforço pela manutenção da individualidade dentro do sistema totalitário que impera na Oceania. Entretanto, Winston não é um indivíduo excepcional, dotado de grandes virtudes ou de fantásticos poderes. Orwell caracteriza a personagem como um cidadão simples, sem grandes aspirações políticas ou heroicas. Um representante de uma classe intermediária entre os membros do Partido Interno e os proles. O protagonista é um homem comum e é justamente essa característica que caracteriza alguns aspectos interessantes de sua análise.

Primeiramente, ao representar um indivíduo comum que se levanta contra a sociedade distópica, o autor não só salienta os mecanismos controladores que constituem essa estrutura social, mas também proporciona uma visão interna das arbitrariedades características dos

modelos utópicos, sejam eles positivos ou negativos, privilegiando a perspectiva humana sobre a estrutura modelar.

Ítalo Calvino, ao discutir a construção de um modelo social lógico, perfeito e funcional na obra *Palomar*, conclui que a realidade não pode ser transformada por qualquer tipo de projeto, mas apenas adaptada a ele.

O modelo é por definição aquele em que não há nada a modificar, aquele que funciona com perfeição; ao passo que a realidade, vemos bem que ela não funciona e que se esfrangalha por todos os lados; portanto resta apenas obrigá-la a adquirir a forma do modelo, por bem ou por mal. (CALVINO, 1997, p. 98).

O autor afirma que o estabelecimento e a manutenção de uma estrutura modelar só podem ocorrer por meio do uso de sistemas de poder, nos quais indivíduos seriam responsáveis pelo sucesso das manobras e da direção a ser tomada pelo modelo. Contudo, Calvino aponta como empecilho para esse processo de organização: a própria essência humana com seus instintos e monstruosidades. Para ele, a ação individual humana constitui ao mesmo tempo a força motriz do pensamento utópico e o principal obstáculo para a sua realização.

Dessa forma, o conjunto de ações praticadas pelo protagonista de *1984* tem o seu grau de importância redimensionado diante do papel essencial desenvolvido pelos indivíduos no processo de consolidação e êxito de qualquer modelo teórico. O mesmo sujeito idiossincrático que, segundo Calvino, dificulta a realização dos ideais utópicos pode, ao ser inserido em um regime distópico, comprometer a integridade funcional do sistema. A nosso ver, se Orwell reserva um destino trágico para o seu protagonista, isso ocorre porque o grande foco da obra recai sobre a eficiência do sistema totalitário, o que não significa que a batalha individual da personagem seja desvalorizada.

Além disso, a simplicidade material e intelectual do protagonista o aproxima dos leitores, fazendo com que, por meio dessa ligação lógico-afetiva, eles possam reconhecer a si mesmos na ânsia de liberdade da personagem. “Ele vem a representar o cidadão individual, e o que ele faz e o que acontece com ele importa para nós por causa do que essas coisas implicam sobre a possibilidade de liberdade individual em

uma sociedade totalitária”⁴⁶ (PHELAN, 1989, p. 32). Segundo o autor, Winston desenvolve principalmente as suas funções miméticas e temáticas nessa fase inicial do romance, ou seja, um indivíduo aparentemente comum (mimesis) servindo como representante de uma série de conceitos, como a liberdade de pensamento e a busca pela verdade, que se choca com os desígnios impostos pelo regime totalitário (tema). Consequentemente, o contraste entre o espaço real e ficcional, elemento essencial para a literatura utópica e distópica, se manifesta não apenas por meio da estrutura social, mas também pela oposição entre a psique da personagem e os princípios que norteiam a vida em comunidade. Em outras palavras, uma vez tendo o leitor atribuído ao protagonista o status de representante daquilo que ainda resta de humanidade em um contexto essencialmente desfavorável, ele pode vislumbrar e analisar de forma mais contundente os dispositivos controladores descritos na obra.

Primeiramente, parece-nos necessário questionar que tipo de liberdade é possível na sociedade distópica de *1984*. Essa pergunta acarreta uma série de reflexões que problematizam o próprio conceito de liberdade e nos levam a um melhor entendimento do lema: *Liberdade é Escravidão*.

Vejamos inicialmente como se estrutura o rígido controle das liberdades individuais promovido pelo Partido.

O primeiro aspecto a chamar a atenção na leitura do romance é a eficaz vigilância mantida ininterruptamente sobre a população. Esse mecanismo se manifesta de diferentes formas, algumas mais sofisticadas no sentido tecnológico e outras mais intimamente ligadas a fatores ideológicos que sustentam o poder estatal em *1984*.

Em um primeiro plano, os cidadãos da Oceania são vigiados individualmente por meio de pequenas câmeras denominadas *teletelas*, encontradas em todos os ambientes, de uso particular ou coletivo, que têm a capacidade de transmitir informações e também de captar imagens e sons.

Por trás de Winston a voz da teletela tagarelava a respeito do ferro-gusa e da superação do Nono Plano Trienal. A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Qualquer barulho que Winston fizesse, mais alto que um cochicho, seria captado pelo aparelho; além do mais, enquanto permanecesse no campo de visão da placa metálica, poderia ser visto também. (ORWELL, 2003, p. 6).

A irrestrita vigilância, e a consequente dissolução da privacidade como conceito valorizado dentro da vida em comunidade, é um elemento recorrente tanto na literatura utópica quanto distópica. Nesses textos, a sustentação do regime modelar perpassa o constante monitoramento das atividades individuais e coletivas como forma de assegurar a normalização das ações desenvolvidas dentro da sociedade. No já citado romance *Nós*, por exemplo, todas as edificações têm o vidro como matéria-prima, de modo a permitir a completa visualização do que se passa no interior. Apenas durante os encontros íntimos, agendados burocraticamente, os casais recebem permissão para cerrar as cortinas.

Em 1984, a utilização da tecnologia remete diretamente aos prodigiosos avanços testemunhados por Orwell e aos fins para os quais esse acelerado progresso foi instrumentalizado no século XX. As prospecções articuladas por Orwell aproximam-se das reflexões desenvolvidas por teóricos políticos e sociais como Herbert Marcuse, sobre a profunda relevância da tecnologia como regulador social irremediavelmente arraigado nas comunidades modernas:

A racionalidade está se transformando de uma força crítica em uma força de ajuste e submissão. A autonomia da razão perde seu sentido na mesma medida em que os pensamentos, os sentimentos e as ações do homem são moldados pelas exigências técnicas do aparato que ele mesmo criou. (MARCUSE, 1999, p. 84).

Essa relação, a nosso ver, evidencia ainda mais a função mimética do protagonista, uma vez que coloca em questão a perenidade de certos mecanismos totalitaristas nas mais diferentes sociedades, mesmo naquelas consideradas democráticas. Dessa forma, o leitor utiliza o seu conhecimento de mundo como forma de complementar a proposta estética e argumentativa do autor e recebe, em contrapartida, um convite à reflexão sobre as condições da sua existência real e dos aspectos que, apreensíveis em sua vida individual e coletiva, são extrapolados ou invertidos no romance. Nesse sentido, a interlocução com o texto distópico pode suscitar alguns questionamentos como: qual é a importância da tecnologia como regulador social na sociedade contemporânea? Até que ponto o ser humano se tornou dependente e vítima do crescente aparato técnico que o envolve?

Como afirmamos anteriormente, a distopia orwelliana não pode ser considerada uma tecnocracia, uma vez que os recursos tecnológicos servem apenas como instrumento para a imposição de uma política disciplinar e massificante. Ricardo Bonalume Neto salienta que Orwell, assim como Aldous Huxley, não era um opositor veemente dos avanços técnico-científicos, mas que observava com desconfiança tudo o que afastasse o homem da natureza. “A tecnologia, uma faca de dois gumes, serve nas distopias futuristas destes escritores como arma de dominação também porque afasta o homem da natureza, contribuindo para a sua desumanização pelos donos do poder” (NETO, 1984, p. 84).

O condicionamento ideológico da população é outro aspecto essencial para o controle das liberdades individuais no romance. A imposição das normas de convívio social e a homogeneização das formas de pensamento são diretamente vinculadas à centralização do poder, embora a característica principal desse processo não seja o caráter impositivo das determinações dos líderes totalitários, mas sua larga aceitação. Semelhantemente às utopias positivas, a sociedade distópica se sustenta, em grande parte, na aprovação e no desejo de continuidade por parte dos indivíduos, sendo que, em *1984*, esse aspecto assume os contornos de um fanatismo quase completo.

Michel Foucault afirma que nenhuma sociedade, seja ela disciplinar ou não, pode alcançar a estabilidade por meio do exercício puro do poder estatal, de maneira que o apoio popular e a inserção dos mecanismos controladores de forma discreta, e muitas vezes microscópica, são elementos imprescindíveis para o equilíbrio do regime. Nesse sentido, as utopias positivas são exemplares, uma vez que o poder é exercido de tal maneira que nem os próprios indivíduos reconhecem a rigidez do controle ao qual estão submetidos.

A uniformidade de pensamentos e atitudes almejada, e em grande parte atingida, pelo Partido coloca em xeque a possibilidade de um levante organizado contra o regime e promove o fortalecimento dessa estrutura por meio da participação ativa dos indivíduos no esforço de monitorar qualquer forma de comportamento irregular. Tomemos como exemplo um colega de Winston chamado Parsons, representado na obra como o modelo de cidadão: “Era um homem gorducho, mas ativo, de estupidez paralisante, uma massa de entusiasmo imbecil – um desses

servos dedicados e absolutamente fiéis dos quais dependia a estabilidade do Partido” (ORWELL, 2003, p. 23).

Em *1984* não basta o apoio irrestrito de alguns aos desígnios do Grande Irmão, é preciso garantir o cumprimento dessas prerrogativas por todos os membros da sociedade. Assim, o poder controlador não age apenas de forma vertical e unilateral, mas espalha-se também horizontalmente e atinge as áreas mais diversas do convívio social, como a família.

Como não era possível abolir a família (ao contrário, os pais eram incitados a gostar dos filhos quase à moda antiga), as crianças eram sistematicamente atiradas contra os pais, e ensinadas a espioná-los e a denunciar os seus desvios. Dessa forma a família se tornara uma extensão da Polícia do Pensamento. Era um meio pelo qual todo mundo podia ser cercado, noite ou dia, por delatores que o conheciam intimamente. (ORWELL, 2003, p. 129).

Uma das preocupações metodológicas de Foucault é justamente enfatizar a noção de que o poder não é apenas uma relação entre dominador e dominado, mas uma dinâmica muito mais complexa:

Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre o outro, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. (FOUCAULT, 1981, p. 183).

A sociedade representada em *1984* não seria plausível se o Partido não contasse com um grande apoio e um dedicado engajamento popular. Assim, cada sujeito assume a função de vigia e protetor do regime, possibilitando a expansão do poder totalitário ao longo de uma rede diversificada de relações progressivamente mais íntimas, o que torna o exercício diário da submissão ainda mais eficiente. “O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só

circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação” (FOUCAULT, 1981, p. 183-184).

Na distopia orwelliana, a voz do Partido é reproduzida tanto por milhares de teletelas, quanto por milhões de vozes que, apaixonadamente, defendem o seu modo de vida. Todos vigiam a todos e, portanto, todos exercem a sua parcela de poder enquanto membros da sociedade.

Aparentemente, houvera até demonstrações de agradecimento ao Grande Irmão por aumentar para vinte gramas a ração semanal de chocolate. No entanto, apenas na véspera, fora anunciada a redução para vinte gramas. Seria possível que engolissem aquilo, vinte e quatro horas depois? Parsons engoliu facilmente com estupidez de animal. A criatura sem olhos, da outra mesa, engoliu fanaticamente, apaixonadamente, com um desejo furioso de descobrir, denunciar e vaporizar quem quer que ousasse sugerir que na semana passada foram trinta gramas. (ORWELL, 2003, p. 60).

O radicalismo e a intransigência, automaticamente produzidos por essa majoritária filiação dos cidadãos ao Partido, transformam a vida em sociedade em uma constante prova de lealdade ininterruptamente avaliada por todos aqueles que circundam o indivíduo. A noção de identidade é quase totalmente esmagada pela imperiosa necessidade de pensar o que todos pensam, agir como todos agem e morrer como todos morrem. Indubitavelmente, esse é um dos aspectos mais aterrorizantes do romance e aquele que proporciona a estabilidade da maioria das utopias positivas ou negativas.

De forma complementar, o Ingsoc promove um grau de ortodoxia ainda maior por meio da atribuição de determinados conceitos ao discurso essencialmente herético do grande inimigo mítico do regime: Emmanuel Goldstein. Assim como o Grande Irmão, o revolucionário é uma criação ficcional com o objetivo de fornecer à população um polo negativo aos princípios tidos como justos e representados pelo líder máximo da Oceania. Freedman enfatiza que Orwell desenvolveu essa polarização a partir do conflito registrado na União Soviética entre Stalin e Trotsky:

A incessante campanha contra o provavelmente não-existente Emmanuel Goldstein, mantido como o gênio diabólico de tudo

que se desenvolve além do governo do Grande Irmão, é modelado a partir do elaborado vilificar stalinista de Trotsky. Mesmo as características faciais do Grande Irmão e de Goldstein sugerem aquelas de Stalin e Trotsky, respectivamente, e “Goldstein” é certamente um eco verbal de “Bronstein”, o sobrenome original de Trotsky⁴⁷. (FREEDMAN, 1984, p. 609).

Colocados entre essas duas forças simbólicas, os indivíduos são direcionados a devotar um amor irrestrito ao Grande Irmão e um ódio proporcional ao seu rival, além de também rejeitar veemente todos os conceitos defendidos por Goldstein. Essa relação fica clara durante os Dois Minutos de Ódio, quando a imagem e as palavras do suposto líder da resistência funcionam como um importante catalisador da devoção ao Partido.

Goldstein lançava o costumeiro ataque peçonhento às doutrinas do Partido – um ataque tão exagerado e perverso que uma criança poderia refutá-lo, e no entanto, suficientemente plausível para encher o cidadão de alarme, de receio que outras pessoas menos equilibradas o pudessem aceitar. Insultava o Grande Irmão, denunciava a ditadura do Partido, exigia a imediata conclusão da paz com a Eurásia, advogava a liberdade de palavra, a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade de pensamento. (ORWELL, 2003, p. 15).

Percebe-se, então, outra forma de inversão característica da obra, segundo a qual o inimigo da ordem social clama por direitos considerados na realidade experimental como básicos para a vida em sociedade. Assim, aos olhos do leitor, qualquer indivíduo que se colocasse contra a estrutura social da Oceania seria considerado como uma voz de sanidade dentro do pesadelo distópico. Em *1984* ocorre justamente o inverso: tanto o líder da resistência quanto o próprio protagonista são sumariamente condenados por seus ideais. A técnica utilizada por Orwell remete aos conceitos de Rabkin sobre o uso do fantástico, isto é, a inversão de normas aceitas no mundo factual. Na sociedade oceânica, a defesa de ideais democráticos representa uma imperdoável heresia diante dos dogmas que servem de base para a sustentação do regime. O resultado estético desse procedimento é um acréscimo aos aspectos satíricos da

narrativa. Além disso, esse é um dos pontos do romance no qual o tom irônico de Orwell é mais evidente e substancialmente mais ácido. “Tal inversão estrutural está no centro da ficção científica como gênero e no coração da literatura utópica como gênero. Não é uma grande surpresa que esses três gêneros se entrecruzem”⁴⁸ (RABKIN, 1977, p. 146).

Contudo, é preciso salientar que o Grande Irmão e Goldstein representam as faces de uma mesma moeda. Ambos são criações do Partido, e o antagonismo produzido entre eles possibilita não só a conservação da homogeneidade ideológica, mas também a detecção de outros sujeitos que, ao rejeitarem o regime, buscam abrigo na figura imaginária do revolucionário, como o próprio Winston Smith.

Ninguém nunca viu o Grande Irmão. É uma cara nos tapumes, uma voz nas telas [...]. O Grande Irmão é a forma com que o Partido resolveu se apresentar ao mundo. Sua função é a de ponto focal para o amor, medo, reverência, emoções que podem mais facilmente ser sentidas em relação a um indivíduo do que a uma organização. (ORWELL, 2003, p. 200).

Nesse contexto, é evidente que a liberdade de expressão é completamente suprimida da vida cotidiana dos indivíduos. Ao longo de sua carreira, esse foi um tópico recorrente nos trabalhos de George Orwell⁴⁹. A preocupação do autor com a interferência do Estado na imprensa e no condicionamento da opinião pública parece ser destilada de maneira contundente na sua obra distópica. Na Oceania, as possibilidades discursivas se resumem à reprodução de um discurso oficial que, em sua essência, já corresponde a um intuito normalizador profundamente enraizado na ficcionalização dos fatos. Da mesma forma como vimos acima, a impossibilidade de livre expressão está vinculada à uniformidade ideológica desenvolvida pelo Partido e depende, em grande medida, do fanatismo político incutido na população.

Se um grande número de pessoas está interessado na liberdade de expressão, haverá liberdade de expressão, mesmo que a lei a proíba; se a opinião pública é indolente, minorias inconvenientes serão perseguidas, mesmo que existam leis para protegê-las⁵⁰. (ORWELL, 1945 apud ORWELL; ANGUS, v. 04, p. 40, 1968).

Entretanto, as intenções do Partido vão além da simples coibição da liberdade de expressão de cada sujeito. O objetivo central é o de impossibilitar, por meios linguísticos, qualquer tipo de discurso considerado heterodoxo e, conseqüentemente, condicionar o próprio pensamento individual por meio de um progressivo esvaziamento dos recursos de linguagem. Para tanto, uma língua artificial é projetada e passa a ser desenvolvida pelos pesquisadores da Oceania, a Novilíngua. Essa ferramenta de controle é um construto em fase de desenvolvimento, baseado no inglês moderno e com data marcada para substituir a língua considerada arcaica: 2050.

O objetivo da Novilíngua não era apenas oferecer um meio de expressão para a cosmovisão e para os hábitos mentais próprios dos devotos do Ingsoc, mas também impossibilitar outras formas de pensamento. O que se pretendia era que, tão logo a Novilíngua fosse adotada definitivamente e a Anticlíngua esquecida, qualquer pensamento herético, isto é, divergente dos princípios do Ingsoc, fosse literalmente impensável, ou pelo menos até o limite em que o pensamento depende de palavras. (ORWELL, 2003, p. 287-288).

Por meio dessa criação, as relações estabelecidas por Saussure entre signo, significante e significado são completamente subvertidas com o propósito de dissociar o uso da linguagem de toda forma de processo cognitivo e simbólico. Uma vez acabada, a Novilíngua apenas conterà, em seu reduzido léxico, vocábulos coerentes com os desígnios do Partido e arbitrariamente desprovidos de variação semântica, o que preveniria a contextualização indesejada de conceitos e palavras.

Seu vocabulário fora construído de modo a fornecer a expressão exata – e frequentemente de um modo muito sutil – a cada significado que um membro do Partido quisesse expressar, excluindo todos os outros significados, bem como a possibilidade de chegar a eles por métodos indiretos [...]. Por exemplo: a palavra *livre* ainda existia na Novilíngua, mas só podia ser utilizada em sentenças como “este cachorro está livre de pulgas”, ou “este jardim está livre de ervas daninhas”. Não podia ser utilizada em seu antigo sentido de “politicamente livre” ou “intelectualmente

livre”, uma vez que liberdade política ou intelectual já não mais existiam como conceitos e, portanto, não tinham necessidade de ser nomeadas. (ORWELL, 2003, p. 288).

Uma das grandes peculiaridades desse instrumento linguístico artificial é a extrema valorização da eufonia. A obsessiva preocupação com a facilidade da pronúncia das palavras, o que inclui um uso abundante de abreviaturas, se justifica pelo menor impacto proporcionado na consciência dos falantes pela utilização dessas expressões. Podemos citar como exemplo os nomes dos ministérios representados no romance: Miniver, Miniamo, Minifarto e Minipaz. Nesses casos, a intenção é reduzir as implicações cognitivas da utilização de um termo como Minipaz, por exemplo, ao invés da expressão Ministério da Paz, cuja função, inclusive, é a de tratar dos assuntos da guerra. Dessa maneira, a fala em Novilíngua pode ser entendida como uma ação automatizada e supostamente desprovida de qualquer ambiguidade linguística ou ideológica.

A articulação de um modelo linguístico a ser adotado impositivamente dentro da sociedade distópica redundava necessariamente em um modelo de falante idealizado. A repercussão das alterações promovidas na estrutura da língua e a consequente transformação no modo de sua utilização almejam gerar um esvaziamento das possibilidades discursivas uma rearticulação do próprio conceito de indivíduo enquanto elemento articulado pelas práticas discursivas.

O que se esperava de um membro do Partido era uma visão de mundo semelhante àquela dos antigos judeus, que sabiam, sem se aprofundar muito no assunto, que todas as nações, exceto a própria, adoravam a *falsos deuses* [...]. De maneira similar, o membro do Partido conhecia a conduta correta e, em termos gerais e bastante vagos, quais tipos de desvios eram possíveis [...]. Na Novilíngua era quase impossível desenvolver um pensamento herético além da percepção de que este constituía uma heresia; desse ponto em diante, não existiam palavras. (ORWELL, 2003, p. 294, 295).

Em seu ensaio “Politics and the English Language”, publicado em abril de 1946, George Orwell antecipa grande parte dos princípios

que norteariam a Novilíngua. Tendo como base a instrumentalização da linguagem utilizada pelos Estados em conflito na Segunda Grande Guerra e o panorama que se descortinava na Europa do pós-guerra, o autor afirma que o progressivo empobrecimento da língua inglesa do ponto de vista formal, estilístico e retórico está irremediavelmente ligado a um movimento de retrocesso do pensamento crítico sociopolítico. Para ele, linguagem e política são aspectos indissociáveis e reguladores da sociedade como um todo. Tal ligação, segundo o autor, assume ainda maior relevância quando analisada dentro dos regimes totalitários.

Quando a atmosfera geral é ruim, a língua deve sofrer. Eu deveria esperar julgar – isto é uma suposição que não posso verificar por falta de conhecimento suficiente – que as línguas alemã, russa e italiana se deterioraram nos últimos dez ou quinze anos, como resultado da ditadura. Mas se o pensamento corrompe a língua, a língua pode corromper o pensamento. Um uso ruim pode se espalhar pela tradição e pela imitação, mesmo entre as pessoas que deveriam e realmente possuem um melhor conhecimento. A língua adulterada que eu venho discutindo é, em muitos sentidos, muito conveniente⁵¹. (ORWELL, 1946 apud ORWELL; ANGUS, v.04, p. 137, 1968).

É interessante notar como Orwell aponta em seu ensaio tendências da língua inglesa, a exemplo da eufonia, que viria a utilizar na caracterização da Novilíngua. Os sons apropriados estão vindo da laringe, mas o cérebro não está envolvido como estaria se estivesse escolhendo as palavras por si mesmo⁵² (ORWELL, 1946 apud ORWELL; ANGUS, v. 04, p. 136, 1968).

Esses comentários reforçam a importância de *1984* não só como uma síntese dos temores do autor em relação às perspectivas futuras, mas também sua relevância no contexto das discussões críticas desenvolvidas na década de 1940, muitas delas ainda pertinentes na contemporaneidade.

A Novilíngua constitui um complemento ao controle dos pensamentos individuais almejado pelo Partido. No ano de 1984, período no qual o enredo supostamente se desenrola, outros dispositivos de rastreamento e coibição da heterodoxia, dos quais a Polícia do Pensamento é

o mais temido, precedem a implantação definitiva da língua artificial. Nenhuma reflexão divergente aos desígnios do Ingsoc é permitida ou tolerada, fazendo com que o regime totalitário distópico estenda a sua dominação até as mais íntimas fronteiras da individualidade humana. Para tanto, os mecanismos de vigilância descritos anteriormente se completam na observação disciplinar de cada sujeito e no combate a uma das mais graves transgressões a serem praticadas pelos indivíduos: a crimideia ou, em Novilíngua, crimepensar. Esse conceito engloba uma diversidade tão grande de possibilidades que provavelmente a melhor forma de defini-lo seria: tudo aquilo que desafia a ortodoxia do regime. “Todas as palavras agrupadas sob os conceitos de liberdade e igualdade, por exemplo, estavam contidas em uma única palavra: crimepensar” (ORWELL, 2003, p. 294).

Diante desse quadro, Winston Smith tem a sua frente poucos caminhos a seguir no combate a essa restrição da liberdade individual, de forma que, inicialmente, decide não atacar o sistema, mas sobreviver a ele o maior tempo possível. Assim, o protagonista biparte a sua própria personalidade como meio de resguardar a sua individualidade e a sua integridade física. Perante as teletelas e seus concidadãos, interpreta o papel que lhe é atribuído como membro do Partido Externo, enquanto nutre intimamente um profundo desprezo pela sociedade ordenada e uniforme da Oceania. Percebe-se, dessa maneira, que Winston alia em sua vida cotidiana duas identidades imediatamente opostas: a de um partidário insuspeito do regime e a de um agitador da estabilidade social.

A manutenção e a alternância dessas duas identidades do protagonista permitem-lhe transitar por entre espaços diversos da mesma estrutura social, como os corredores do Miniver e o bairro dos proles. A dupla perspectiva proporciona uma visão mais completa dos mecanismos utilizados pelo Partido e de seus resultados em esferas distintas da sociedade. Além disso, ao longo de sua trajetória, Winston tem a possibilidade de anexar ao seu íntimo, já fragmentado, novas identidades aprazíveis aos desígnios inconstantes do Grande Irmão e de desenvolver uma busca por respostas para os seus questionamentos. Obviamente, essas duas facetas da personagem não são totalmente íntegras e facilmente intercambiáveis, de forma que um esforço considerável é exigido do protagonista em todos os ambientes. É importante, todavia, salientar que enquanto uma dessas identidades permite à personagem

uma maior aderência à malha de relações sociais que a envolve; a outra a direciona para novas possibilidades de identificação como aquela que predomina na segunda parte da obra, ou seja, a de um revolucionário em luta contra o regime.

Stuart Hall, ao analisar as relações entre os sistemas culturais e o progressivo deslocamento das identidades individuais, fornece dados interessantes para nossa discussão. O autor distingue o sujeito sociológico do indivíduo essencialmente fragmentado característico da pós-modernidade. Deixando claro que não consideramos a personagem Winston Smith como produto de um texto pós-moderno, acreditamos que os dois conceitos de sujeito colocados por Hall podem ser relacionados ao protagonista de *1984*, sendo a sua faceta como membro do Partido correspondente ao indivíduo sociológico, enquanto sua constante alternância e sua progressiva assimilação de novas identidades estão mais próximas do signo da fragmentação que passa a definir o sujeito na modernidade tardia. Segundo o autor,

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. (HALL, 2002, p. 11-12).

Já sobre a multiplicidade de facetas que caracterizam os indivíduos na pós-modernidade, Hall afirma que

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis,

com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2002, p. 13).

Assim, ainda que nem todas as características dessas reflexões se encaixem perfeitamente na caracterização do protagonista em *1984*, a presença indiscutível de uma variação nas identidades assumidas pela personagem é um aspecto importante no desenvolvimento da narrativa e no desafio de Winston à uniformidade social. A pluralidade de identidades apresentada por ele rompe com o ideal de homogeneidade cultivado pelo Partido.

Como afirmamos anteriormente, a duplicidade comportamental de Winston exige um grande empenho e uma rígida disciplina. Qualquer amostra de heterodoxia, por menor que seja, pode ser captada pelos dispositivos de vigilância já descritos e redundar no sumário aprisionamento do protagonista. Dessa forma, grande parte da batalha travada por Winston em nome de sua individualidade é travada na esfera dos pequenos gestos, das reflexões intermitentes e da preservação das inconstantes reminiscências de sua infância. Na primeira parte da obra, esse conflito é estabelecido e progressivamente catalisado até um clímax que é mantido latente até o início do Livro II. Vejamos, então, como a personagem tenta resguardar o pouco que lhe resta em termos de liberdade individual, diante dos mecanismos de monitoramento presentes na sociedade.

Em relação às teletelas, os cuidados necessários são extremos e contínuos ao longo de toda a narrativa. O grau de eficiência alcançado por essas máquinas atinge a esfera do fantástico e pode ser considerado como um dos elementos que enfatizam o caráter futurista da obra. O próprio protagonista admite que pouco pode ser feito contra elas, além de uma minuciosa dissimulação física. Assim, mente e corpo são elementos que precisam ser dissociados, como forma de evitar que os pensamentos produzam reflexos perceptíveis no comportamento do sujeito.

Tinha-se que se viver – e vivia-se por hábito transformado em instinto – na suposição de que cada som era ouvido e cada movimento analisado, salvo quando feito no escuro. Winston continuou de costas para a teletela. Era mais seguro, conquanto até as costas pudessem falar [...]. Winston voltou-se abruptamente. Afivelara

no rosto a expressão de tranquilo otimismo que era aconselhável usar quando de frente para a teletela. (ORWELL, 2003, p. 7, 8).

A despeito desse contexto desfavorável, Winston consegue não apenas manter a sua individualidade, mas também desenvolver atitudes cada vez mais desafiadoras. Nesse processo, a trajetória do protagonista evolui por meio das pequenas lacunas propiciadas pelo sistema de controle e pelas teletelas: o primeiro ato concreto de contestação desenvolvido pela personagem, além da consciência autônoma que lhe permite fazê-lo, é a escrita de um diário pessoal, que só se torna praticável pela conveniente disposição da teletela no apartamento do protagonista.

Por um motivo qualquer, a teletela da sala fora colocada em posição fora do comum. Em vez de ser colocada, como era normal, na parede do fundo, donde poderia dominar todo o aposento, fora posta na parede mais longa, diante da janela. A um dos seus lados ficava a pequena reentrância onde Winston estava agora sentado, e que na construção do edifício, fora provavelmente destinada a uma estante de livros. Sentando-se nessa alcova, e mantendo-se junto à parede, Winston conseguia ficar fora do alcance da teletela, pelo menos no que respeitava à vista. Naturalmente, podia ser ouvido mas, contanto que permanecesse naquela posição, não podia ser visto. Em parte fora a extraordinária topografia do cômodo que lhe sugeria o que agora se dispunha a fazer. (ORWELL, 2003, p. 9).

Além disso, é justamente a aparente ausência de uma teletela que incita Winston a alugar o pequeno quarto no bairro dos proles e dar início a uma segunda fase de sua trajetória. Nesse espaço, o protagonista estabelece uma relação doméstica com Julia e, ao mesmo tempo, constrói um núcleo de realização pessoal e afetiva dentro do universo distópico.

Pela cabeça de Winston perpassou a ideia de que seria fácilimo alugar o quarto por alguns dólares semanais, se tivesse coragem de se arriscar. Era uma ideia louca, impossível, a ser abandonada imediatamente. Mas o quarto despertara nele uma espécie de nostalgia, de saudade ancestral [...]. – Não há teletela! – murmurou embevecido. (ORWELL, 2003, p. 96, 97).

Entretanto, na Oceania, a maioria das coisas não são aquilo que aparentam ser em um primeiro momento. A equivocada sensação de segurança alcançada pelo protagonista nesse pequeno quarto vem a constituir um dos fatores principais de sua queda nas mãos da Polícia do Pensamento, organização da qual o próprio dono do imóvel faz parte.

Em relação à vigilância exercida pela própria população, Winston assume o único comportamento possível – o isolamento. Desencorajado a participar dos eventos coletivos promovidos pelo Partido devido a sua inadequação perante a uniformidade que o cerca, o protagonista busca abrigo na solidão de seu apartamento. A atitude isolacionista tomada pela personagem, ainda que os motivos de Winston sejam singulares, é representativa de toda uma tendência dos indivíduos na sociedade distópica, onde conceitos como a amizade e o companheirismo foram obliterados. O constante clima de terror e desconfiança previne a formação de ligações afetivas entre os indivíduos, o que redundando na completa impessoalidade das relações estabelecidas. Todos os cidadãos se transformam simultaneamente em suspeitos e algozes. “Nosso pior inimigo é o sistema nervoso, refletiu, é o sistema nervoso. A qualquer momento a tensão que há dentro da gente pode traduzir-se num sintoma visível” (ORWELL, 2003, p. 65).

Contudo, Winston não pode evitar situações potencialmente arriscadas e acentuadamente torturantes, nas quais o convívio com outros indivíduos é inevitável. Citamos como exemplo, os momentos compartilhados com os colegas de trabalho no refeitório quando o protagonista se vê obrigado a reprimir seus pensamentos e a condicionar suas palavras.

Seus olhos galhofeiros examinaram o rosto de Winston. Pareciam dizer: “Eu te conheço. Vejo através de ti, sei muito bem por que não foste ver os prisioneiros enforcados”. Intelectualmente, Syme era até venenoso de tão ortodoxo. Falava com satisfação e júbilo, muito desagradáveis, de ataques de helicópteros a aldeias inimigas, julgamento e confissão de ideocriminosos, execuções no subsolo do Ministério do Amor. (ORWELL, 2003, p. 51).

Durante uma de suas conversas com seu colega filólogo Syme, o protagonista entra em contato com as especificidades da Novilíngua e alguns dos objetivos envolvidos na produção dessa língua artificial.

Nessa passagem, a função temática de Winston fica ainda mais clara. Orwell utiliza o diálogo entre as duas personagens para expor o desenvolvimento de mais essa ferramenta de controle e para discorrer sobre as implicações da restrição do vocabulário na capacidade cognitiva e argumentativa da população. Como a Novilíngua ainda não está implantada de forma definitiva em 1984, não constituindo, portanto, um obstáculo imediato para o protagonista, a inclusão dessas reflexões na obra serve principalmente para detalhar ainda mais as características do totalitarismo distópico e a sua constante evolução.

Até a literatura do Partido mudará. Mudarão as palavras de ordem. Como será possível dizer “liberdade é escravidão”, se for abolido o conceito de liberdade? Todo o mecanismo será diferente. Com efeito, *não haverá pensamento*, como hoje o entendemos. Ortodoxia quer dizer não pensar... não precisar pensar. Ortodoxia é inconsciência. (ORWELL, 2003, p. 54-55).

Entretanto, o protagonista evita tanto quanto possível não apenas o uso da Novilíngua, mas o abandono da língua considerada arcaica. Tal atitude representa, ao mesmo tempo, uma recusa em relação ao condicionamento mental dos sujeitos e um vínculo com o passado insistentemente preservado pela personagem, uma ligação que se revela em outras esferas da vida de Winston, como a coleção de objetos antigos e a sua obsessiva busca por informações sobre o passado. Esse comportamento não escapa aos olhos de Syme e, conseqüentemente, aos olhos do Partido.

Não aprecias realmente a Novilíngua, Winston – disse, quase com tristeza. – Mesmo quando escreves em Novilíngua, pensas na antiga. Tenho lido artigos teus no *Times*. São bons, mas são traduções. No teu coração, havia de preferir a Anticlíngua, com toda a sua imprecisão e suas inúteis gradações de sentido. Não percebes a beleza que é destruir palavras. (ORWELL, 2003, p. 53).

Toda essa variedade de dispositivos disciplinares obriga o protagonista a desenvolver um domínio completo de todas as suas ações, desde a escolha das palavras até a menor contração facial. Assim, surge

outra perspectiva da noção de indivíduo sob controle, uma vez que o controle não é apenas exercido institucionalmente, mas também de maneira autoflagelante pelos próprios sujeitos.

Tirou do bolso uma moeda de vinte e cinco centavos. Ali também, em letras minúsculas porém nítidas, liam-se as mesmas frases; do outro lado a cabeça do Grande Irmão. Até do dinheiro aqueles olhos o perseguiam [...]. Adormecido ou desperto, trabalhando ou comendo, dentro e fora de casa, no banheiro ou na cama – não havia fuga. Nada pertencia ao sujeito com exceção de alguns centímetros cúbicos dentro do crânio. (ORWELL, 2003, p. 28).

Sob esse ponto de vista, Winston não encontra, a princípio, a liberdade que deseja, mas se torna um prisioneiro de sua própria individualidade, uma vez que a única forma de libertação possível se dá pela aceitação irrestrita dos desígnios do Grande Irmão. É certamente a lição mais traumática a ser aprendida pelo protagonista ao final de sua reeducação nos porões do Ministério do Amor: o duplo conceito representado pelo lema *Liberdade é Escravidão*.

De um lado, encontramos Winston tentando sofregamente manter a sua autonomia e singularidades que o caracterizam como sujeito. Para tanto, a personagem é obrigada, especialmente na primeira parte da obra, a restringir essas mesmas características a um espaço ínfimo de realização e a assumir como prerrogativa de sua vida em sociedade um processo contínuo de autovigilância. Todo o aparato controlador desenvolvido pelo Partido parece ser reproduzido ao nível do próprio indivíduo, ainda que as bases para as duas perspectivas sejam diretamente opostas. Em outras palavras, a coibição da linguagem, a vigilância ininterrupta e a restrição dos próprios pensamentos são elementos comuns tanto do sistema disciplinar imposto pelo Ingsoc quanto do mecanismo de defesa que Winston impõe a si mesmo. Assim, cabe perguntar: até onde a liberdade defendida pelo protagonista se afasta da escravidão à qual todos os outros cidadãos estão submetidos? Em que medida não é a personagem um escravo de sua própria consciência libertária?

Por outro lado, pergunta-se até que ponto a submissão da massa de indivíduos que vivem e morrem sob o domínio do Partido e em nome dele pode ser interpretada literalmente como escravização humana.

Se considerarmos que a escravidão se caracteriza pelo aprisionamento e pela imposição de um trabalho específico, a Oceania se revela como um regime de base escravocrata. Porém, se levarmos em conta o arbítrio dos indivíduos escravizados, a situação em *1984* se mostra peculiar, uma vez que os sujeitos não são forçados a aceitar as doutrinas do Ingsoc, mas moldados a fazê-lo voluntariamente. Nutridos com essa incitação e encorajados pelas diárias manifestações de nacionalismo, os cidadãos suprimem deliberadamente a sua individualidade em nome da coletividade. Tornam-se, portanto, parte de algo muito maior do que suas próprias vidas e alcançam um poder que, teoricamente, pertence a todos. Durante o seu processo de readaptação, Winston é progressivamente doutrinado por O' Brien para que atinja também esse nível de desprendimento individual e de amor pelo regime.

A primeira coisa que debes entender é que o poder é coletivo. O indivíduo só tem poder na medida em que cessa de ser indivíduo. Conheces o lema do Partido: “Liberdade é Escravidão”. Já te ocorreu que é reversível? Escravidão é liberdade. Sozinho, livre, o ser humano é sempre derrotado. Assim deve ser, porque todo ser humano está condenado a morrer, que é o maior dos fracassos. Mas se puder realizar uma submissão completa, total, se puder fugir à sua identidade, se puder fundir-se no Partido então ele é o Partido, e é onipotente e imortal. (ORWELL, 2003, p. 252).

A imagem final de Winston na obra corresponde ao modelo de indivíduo mencionado por O' Brien, ou seja, um sujeito guiado exclusivamente por uma dedicação fanática ao Partido. Marcuse afirma que essa relação entre indivíduo e multidão é um aspecto problemático para os teóricos sociais, uma vez que as forças coercitivas responsáveis por essa submissão partem justamente dos indivíduos envolvidos no processo.

A multidão é uma associação de indivíduos que foram despojados de todas as distinções naturais e pessoais e reduzidos à expressão padronizada de sua individualidade abstrata, a saber, a busca do interesse próprio. Como membro de uma multidão, o homem se tornou o sujeito padronizado da autopreservação bruta. Na multidão, a restrição feita pela sociedade à busca competitiva do

interesse próprio tende a tornar-se inócua e os impulsos agressivos são facilmente liberados. (MARCUSE, 1999, p. 88-89).

Entretanto, uma das classes na narrativa não está incluída em nenhuma das duas perspectivas discutidas acima: os proles. Esses indivíduos, considerados quase inumanos, desfrutam de uma liberdade característica de uma categoria mantida, sob alguns aspectos, à margem da sociedade. Orwell representa essas personagens a partir de um ideal de proletariado resultante da observação pessoal da vida nos bairros pobres de Londres e Paris. Os proles constituem a extensa maioria da população da Oceania e não estão sujeitos à grande parte das resoluções do Ingsoc, como a Novilíngua, o duplipensar e o controle da sexualidade. Assim, a classe proletária vive uma liberdade individual e coletiva que nem ao menos se aproxima dos tímidos anseios de Winston Smith. Aos olhos do Partido, os proles representam o limite entre a organização social considerada modelar e a mais completa selvageria.

A grande maioria dos proles nem tinha teletelas em casa. Até a polícia civil interferia pouquíssimo com eles. Havia enorme criminalidade em Londres! Todo um mundo subterrâneo de ladrões, bandidos, prostitutas, vendedores de narcóticos e contraventores de todo tipo; mas como tudo se passava entre os próprios proles, não tinha importância. Em todas as questões morais, permitia-se-lhes obedecerem ao código ancestral. O puritanismo sexual do Partido não lhes era imposto. A promiscuidade não era punida; e o divórcio era permitido. Nesse particular, até a adoração religiosa teria sido permitida se os proles demonstrassem algum indício de desejá-la ou dela carecerem. (ORWELL, 2003, p. 73).

É interessante notar que, para Winston, os proles representam a possibilidade mais concreta de derrubar o Partido: a revolução proletária é o caminho mais curto para a promoção da liberdade coletiva e para a destruição do regime do Grande Irmão. Tal pensamento pode parecer utópico dentro de uma sociedade como a de *1984*. Entretanto, a idealização de uma revolução proletária constitui a base de certas teorias de renovação política e social, como o marxismo e o anarquismo. Além disso, as características atribuídas por Orwell à classe explorada

na obra não são exclusivamente encontradas em regimes totalitários, possibilitando um alargamento do horizonte crítico da narrativa.

Se há esperança, escreveu Winston, está nos proles. Se esperança houvesse, devia estar nos proles, porque só neles, naquela massa desdenhada, formigante, oitenta e cinco por cento da população da Oceania, podia se gerar força suficiente para destruir o Partido [...]. Se o quisessem, poderiam demolir o Partido no dia seguinte. Mais cedo ou mais tarde, isso lhes haveria de ocorrer. No entanto!... (ORWELL, 2003, p. 71).

No entanto, essa revolução nunca chega a acontecer em *1984*. Diante dessa constatação, surge o questionamento: que fatores são responsáveis pela passividade das massas? Diante das descrições de Winston e da experiência da personagem como vítima desses mesmos dispositivos, é apreensível um sistema de relações e influências que direcionam a população a um estado de completa inconsciência. Tal processo, aliado à progressiva homogeneidade ideológica promovida pelo Partido, inibe o levante popular contra o regime. E é justamente essa soma de elementos que nos direciona para o último lema do Ingsoc, *Ignorância é Força*.

2.3. IGNORÂNCIA É FORÇA

As implicações sociais desse último lema no universo ficcional de *1984* são profundas e heterogêneas. Com o objetivo de rastrear essas consequências, devemos considerar a ambivalência funcional desse princípio do Partido, ou seja, a utilização do termo ignorância como desconhecimento e como alienação. A união desses dois elementos garante a eficiência dos mecanismos controladores mencionados anteriormente e demanda a especialização de outros dispositivos que se revelam de suma importância para a estabilidade social na Oceania e, consequentemente, para a trajetória de Winston Smith.

Primeiramente, é necessário traçar um panorama das condições de vida da população oceânica para, em um segundo momento, analisar, por meio das considerações do protagonista, como o conformismo coletivo é incutido e mantido nos indivíduos.

As recordações de Winston sugerem que uma revolução deflagrada por volta de 1960 e organizada pelo então Partido Socialista Inglês foi o evento fundador do sistema centralizador, militarista e idólatra vigente no ano de 1984. Percebemos, assim, que a revolução comunista é representada pelo autor como o início de um período de estabilidade fundamentada em um arcabouço predominantemente totalitário. Como afirmamos anteriormente, a crítica de Orwell não se restringe a uma única forma política, mas aos riscos envolvidos na idealização de qualquer mudança profunda na estrutura de uma sociedade particular com o objetivo de atingir um modelo utópico. Aldous Huxley também alerta para o perigo de transformar um ideal utópico em uma realidade distópica ao analisar os impulsos humanos que permeiam o desenvolvimento das teorias sociais.

Mas é tão forte o nosso desejo de acreditar que existe um atalho para atingir a Utopia e somos tão forte e profundamente prejudicados por nos colocarmos a favor de povos que têm opiniões similares às nossas, que raramente somos capazes de comandar a necessária imparcialidade e alcançar o domínio das nossas paixões. Insistimos que os fins que acreditamos serem bons podem justificar os meios que sabemos, com toda certeza, serem abomináveis. (HUXLEY, 1979, p. 31).

No universo de *1984*, esse processo redundava na formação de um sistema que reúne aspectos medievais, capitalistas, socialistas e totalitaristas. Para o autor, a revolução pode não representar a materialização de um sonho, mas o princípio de uma nova forma de pesadelo. Huxley salienta que “não devemos esquecer que as reformas podem libertar o homem de uma série de males, apenas para conduzi-lo a uma série de males de uma outra espécie” (HUXLEY, 1979, p. 23-24).

Diante dessas reflexões, podemos considerar que um processo revolucionário deve ser avaliado não somente por seus meios, mas também por seus resultados. Na obra de George Orwell, ambos os aspectos são discutidos. No entanto, as informações fornecidas ao leitor sobre o primeiro dependem da memória inconsistente de Winston e a apreciação crítica sobre o segundo é intermediada pelo condicionamento do qual o protagonista não consegue escapar.

Ao longo da narrativa, o Smith não consegue, a despeito de seu considerável esforço, recuperar de forma íntegra as suas lembranças sobre o período no qual o Ingsoc subiu ao poder.

Era extraordinariamente difícil. Do acontecido antes de 1960 tudo desbotara. Não havia anais a que fazer referência, e, portanto até o fio da vida pessoal perdia nitidez. Lembrava-se de momentosos acontecimentos que com toda a probabilidade não tinham tido lugar, recordava-se dos pormenores de incidentes sem conseguir recapturar-lhes a atmosfera, e havia longos períodos em branco, aos quais nada podia atribuir. Tudo então fora diferente. (ORWELL, 2003, p. 34).

Dentre as brumas de suas lembranças, Winston menciona um fortuito acontecimento que lança alguma luz sobre os eventos que se desenrolaram durante a infância da personagem. Durante o já citado bombardeio de Colchester, o protagonista e sua família se recolhem em uma estação subterrânea, onde inúmeras pessoas tentam se proteger da chuva de metal e fogo. Dentre elas, destaca-se um homem idoso que, sentado no chão, chora por algo recentemente perdido.

Com sua percepção infantil, Winston viu que algo terrível, que não tinha perdão nem remédio, acabara de suceder. Pareceu-lhe também saber do que se tratava. Morrera no bombardeio alguém que o velho amava: uma netinha talvez. A curtos intervalos, o velho repetia:
– Não devíamos tê confiança neles. Eu te disse, Mãe, não disse? Foi nisso que deu tê confiança neles. Foi o que eu sempre disse. Não devíamos tê confiança no sacana.
Mas quais sacanas não mereciam confiança, Winston já não se lembrava. (ORWELL, 2003, p. 35).

Tal passagem é exemplar da extrema violência e do profundo sofrimento envolvido na transição para o regime do Grande Irmão. “Quanto maior a violência, pior a espécie de revolução” (LIGT apud HUXLEY, 1979, p. 30). A imagem do velho pode ser entendida como um símbolo da antiga sociedade que então submergia definitivamente na escuridão de um progressivo esquecimento comandado pelo Ingsoc.

Contudo, a substituição de um sistema para outro não implica necessariamente na alteração das condições de vida. Como afirma Aldous Huxley, “a árvore é conhecida pelos seus frutos, e os frutos de uma determinada reforma dependem [...] tanto do contexto em que se enquadra a reforma quanto da reforma por si mesma” (HUXLEY, 1979, p. 53). Dessa forma, e devido à escassez de informações sobre a revolução enquanto processo, entramos na esfera das consequências dessa reforma sociopolítica para que, por meio da análise, possamos lançar um pouco mais de luz sobre as raízes da sociedade do Grande Irmão e o último de seus lemas.

A revolução serviu como instrumento de implantação de uma estrutura, ao mesmo tempo, coletivista e centralizadora. A distorção dos princípios socialistas em favor de um regime totalitário é evidente ao longo de toda a obra, de maneira que cada discurso, uma vez proferido em favor da classe proletária, é transformado em um instrumento de regulamentação social meticulosamente controlado pelo Partido.

O Ingsoc, que brotou do movimento socialista anterior e dele herdou a fraseologia, com efeito executara o principal do programa socialista. E o resultado, previsto e pretendido antecipadamente fora tornar permanente a desigualdade. (ORWELL, 2003, p. 199).

Tal direcionamento redundava em um modelo híbrido caracterizado pela socialização dos bens, pela rígida hierarquização entre as classes, pelo militarismo e idolatria fascistas, pela exploração do trabalho e pelo isolacionismo. O planejamento estrutural, que comumente é figurado nas narrativas utópicas como o caminho para o Estado ideal, em *1984* é caracterizado pela junção a rígidos mecanismos controladores. Esse amálgama enfatiza tanto a sátira desenvolvida por Orwell em sua obra, quanto alguns elementos fantásticos do texto que, como vimos, podem ser caracterizados pela extrapolação dentro das utopias. “O satirista, o narrador em terceira pessoa, se mostra claramente horrorizado com aquilo que ele vê e certamente objetiva mudar a visão do leitor, consequentemente, ele tem uma intenção moral”⁵³ (PASOLD, 1999, p. 58).

A divisão de classes na Oceania é extremamente rígida, ainda que exista a possibilidade de trânsito entre elas. Tal divisão aparentemente remonta, em termos econômicos, à estratificação dos regimes capitalistas. Dois pontos chamam a atenção nessa conjuntura aparentemente familiar.

Em um primeiro plano, a sociedade distópica poderia ser representada graficamente como uma pirâmide cuja base corresponderia aos proles, o centro aos membros do Partido Externo, seguidos por aqueles pertencentes ao Partido Interno e, no topo dessa escala de poder, a figura mítica do Grande Irmão. Sobre esse aspecto, é interessante notar que algumas descrições de espaço desenvolvidas por Orwell sugerem essa configuração social.

O Ministério da Verdade – ou Miniver, em Novilíngua – era completamente diferente de qualquer outro objeto visível. Era uma enorme pirâmide de alvíssimo cimento branco, erguendo-se, terraço sobre terraço, trezentos metros sobre o solo [...]. Espalhados por Londres havia outros três edifícios de aspecto e tamanho semelhantes. Dominavam de tal maneira a arquitetura subjacente que do telhado da Mansão Vitória era possível avistar os quatro ao mesmo tempo. Eram as sedes dos quatro Ministérios que entre si dividiam todas as funções do governo. (ORWELL, 2003, p. 7, 8).

Além disso, as condições de vida não melhoram substancialmente à medida que se sobe de nível social. Ainda que alguns privilégios sejam aparentes no cotidiano dos membros do Partido Interno, essas regalias só se mostram significativas quando comparadas ao estado de grande miséria das classes inferiores. Assim, a estupefação de Winston ao entrar no apartamento de O' Brien se deve preponderantemente às condições de vida às quais ele está acostumado.

Só em ocasiões muito raras se viam por dentro as residências do Partido Interno, ou se visitava o bairro em que moravam os chefes. Toda a atmosfera do enorme edifício de apartamentos, a riqueza e a vastidão de tudo, os cheiros fora do comum de boa comida e bom fumo, os elevadores silenciosos e incrivelmente rápidos, disparando para cima e para baixo, os criados de jaqueta branca, sempre apressados – era tudo intimidade. (ORWELL, 2003, p. 162).

Dessa forma, o coletivismo em *1984* é, em grande medida, a socialização da pobreza na maioria dos setores da sociedade. Para o resto da população, especialmente a extensa massa dos proles, o que resta é

o constante racionamento de itens de consumo básico e uma desmedida exploração da mão de obra. Em síntese, a desapropriação dos meios de produção significou apenas a dissolução de uma aristocracia capitalista e a transformação do poder econômico em um poder ideológico centrado em uma organização que ultrapassa as limitações de uma categoria de indivíduos. Na leitura do livro negro oferecido por O'Brien, Winston se depara com a descrição esquemática desse processo:

Depois do período revolucionário de 1950 e 1970, a sociedade reagrupou-se, como sempre, em Alta, Média e Baixa. Mas a nova Alta, ao contrário das antecessoras, não agia por instinto: sabia o que era preciso para garantir a sua posição. Havia muito tempo se percebera que a única base segura da oligarquia é o coletivismo. A riqueza e o privilégio são mais fáceis de defender quando possuídos em conjunto. A chamada "abolição da propriedade privada", que se verificou em meados do século, significou, com efeito, a concentração da propriedade em número muito menor de mãos, mas com a diferença que os novos donos eram um grupo em vez de uma massa de indivíduos. Individualmente, nenhum membro do Partido possui alguma coisa, exceto ninharias pessoais. Coletivamente, o Partido é dono de tudo na Oceania, porque tudo controla, e dispõe de seus produtos como bem lhe parece. (ORWELL, 2003, p. 198).

Huxley, ao analisar as formas de planejamento social derivado de movimentos revolucionários, salienta as possibilidades envolvidas na transformação abrupta do capitalismo para o socialismo. O autor toma como exemplo o modelo russo que, em 1937, constituía a referência imediata do experimentalismo socialista.

Por exemplo, a propriedade coletiva dos meios de produção não tem, como de sua necessidade e de seu resultado incondicional, a libertação daqueles que, até aqui, têm sido camponeses. A propriedade coletiva dos meios de produção é perfeitamente compatível, conforme vemos na Rússia contemporânea, com a administração autoritária de fábricas e fazendas, com a educação militarizada e o alistamento compulsório, com o domínio do

povo por um ditador, apoiado por uma oligarquia constituída de seus partidários, que fazem uso de uma privilegiada burocracia, da imprensa censurada e da enorme força de uma polícia secreta. (HUXLEY, 1979, p. 53-54).

O militarismo, o controle sobre a população, a manipulação da imprensa pela alteração constante do passado e a Polícia do Pensamento são variantes dos elementos colocados acima e encontrados em *1984*. Da mesma maneira, o autor de *Admirável Mundo Novo* analisa a repercussão desse panorama na força de trabalho e na suposta modificação das condições de vida dos cidadãos.

Propriedade coletiva de meios de produção certamente libera os trabalhadores de sua servidão a muitos ditadores insignificantes – proprietários de terras, agiotas, capitães de indústrias e gente desse tipo. Se os contextos, porém, dessa reforma intrinsecamente desejável são intrinsecamente indesejáveis, então o resultado será, não a liberdade imbuída de responsabilidade dos trabalhadores, mas uma outra forma de servidão passiva e irresponsável. Libertados da servidão a muitos e pequenos ditadores, ver-se-ão os trabalhadores sob o controle dos agentes de uma única e centralizada ditadura, mais eficiente do que as anteriores, porque dispõe de todos os poderes materiais e porque é apoiada pelo prestígio quase divino do Estado. (HUXLEY, 1979, p. 54).

Diante de todos esses aspectos, uma pergunta essencial permanece latente: por que a população não se revolta contra o regime controlador ao seu redor e destrói as bases do totalitarismo do Grande Irmão?

Como vimos no tópico anterior, o próprio Winston deposita as suas esperanças de mudança no poder adormecido dos proles. Contudo, ao longo de sua trajetória, o protagonista reconhece a inviabilidade de tal evento em vista dos mecanismos disciplinadores utilizados pelo Partido. A personagem escreve em seu diário: “Não se revoltarão enquanto não se tornarem conscientes, e não se tornarão conscientes enquanto não se rebelarem” (ORWELL, 2003, p. 72). E são justamente a esse desenvolvimento da consciência individual e coletiva que se destinam as duas formas de ignorância instrumentalizadas pelo Ingsoc, citadas no início deste tópico.

O primeiro ponto a ser considerado é o intuito do Partido em privar a população de qualquer via comparativa entre a realidade atual da Oceania e aquela anterior à revolução. Segundo esse raciocínio, os indivíduos aceitam mais facilmente as condições em que vivem quando não possuem um contraponto histórico que demonstre outra possibilidade de arquitetura social. “As massas nunca se revoltarão espontaneamente, e nunca se revoltarão apenas por ser oprimidas. Com efeito, se não lhes permite ter padrões de comparação nem ao menos se darão conta de que são oprimidas” (ORWELL, 2003, p. 199). Dessa forma, o Partido alcança uma estabilidade social potencialmente resistente a ataques internos, uma vez que os próprios cidadãos desconhecem modelos a serem seguidos e, consequentemente, argumentos a serem utilizados em nome da renovação.

Para tanto, o Ingsoc precisa apagar ou alterar todos os registros existentes que possam ameaçar o processo de disseminação do desconhecimento histórico. Assim, a estratégia adotada é a de organizar um ministério responsável pela ininterrupta reescrita de toda sorte de documentos que possam desmitificar o discurso oficial transmitido pelas teletelas. Surge então um órgão ironicamente batizado de Ministério da Verdade, ou em Novilíngua, Miniver. E é justamente em um dos inúmeros departamentos que o compõem que Winston Smith desenvolve a sua atividade profissional. No próximo capítulo, desenvolveremos com mais profundidade as especificidades e as implicações do trabalho realizado nesse espaço. No momento, objetivamos enfatizar a importância desse mecanismo para a quebra de parâmetros históricos comparativos e a subsequente formação de uma população que ignora as transformações de sua própria sociedade.

O trabalho de Winston e de seus colegas destina-se a alterar arbitrariamente o passado com dois propósitos principais: criar a ilusão de prosperidade e desenvolvimento, e garantir a infalibilidade do Partido.

A alteração do passado é necessária por duas razões, uma das quais é subsidiária e, por assim, dizer, precatória. A razão subsidiária é de que o membro do Partido, como o proletário, tolera as condições atuais em parte por não possuir padrões de comparação. Deve ser isolado do passado, da mesma forma que deve ser isolado do estrangeiro, porque lhe é necessário crer que vive

melhor que os ancestrais e que o nível médio de conforto material sobe constantemente. Todavia, a razão mais importante para o reajuste do passado é a necessidade de salvaguardar a infalibilidade do Partido. Não significa apenas que se modifiquem discursos, estatísticas e registros de todo gênero para demonstrar que as predições do Partido são sempre certas. É que não se pode admitir, jamais, nenhuma modificação de doutrina ou de agrupamento político. (ORWELL, 2003, p. 204-205).

A eficiência do trabalho de reconstrução da história é surpreendente até mesmo para Winston, de forma que a personagem se vê obrigada a complementar muitas de suas memórias a partir daquilo que é divulgado e reeditado pela imprensa oficial. As funções do Ministério da Verdade são desenvolvidas de duas formas: diacronicamente e sincronicamente, ou seja, não apenas os eventos recentes são alterados segundo os desejos do Partido, mas também os acontecimentos anteriores à revolução são modificados de maneira a estender o poder do Ingsoc para além dos limites de sua própria fundação. Paulatinamente, datas, nomes e dados são arbitrariamente transformados em veículos de propaganda das realizações do Grande Irmão e de seus seguidores, como a invenção do aeroplano. O protagonista luta constantemente para sobrepor as suas próprias lembranças às informações criadas artificialmente nos jornais, revistas e livros.

Às vezes, porém, podia colocar o dedo numa mentira definida. Não era verdade, por exemplo, como afirmavam os livros de história do Partido, que o Partido tivesse inventado o aeroplano. Lembrava-se de aviões desde a mais tenra idade. Mas não podia provar nada. Nunca havia prova. (ORWELL, 2003, p. 38).

Indubitavelmente, a intenção do Partido é reescrever toda a história segundo os seus interesses para que, após algumas gerações, a memória deixe de representar um parâmetro de análise do presente. “Quem controla o passado, dizia o lema do Partido, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado” (ORWELL, 2003, p. 36). É preciso salientar que, em certa medida, Winston já pode ser considerado uma vítima desse processo, uma vez que a maioria das suas lembranças

não apresenta a nitidez suficiente para desautorizar a versão oficial. Dessa maneira, o protagonista encontra como a única base de dados históricos um articulado conjunto de inverdades anacrônicas, algumas das quais ele mesmo ajudou a fabricar.

Entretanto, mencionamos que o período revolucionário se estendeu entre as décadas de 1950 e 1970. Assim, se supusermos que o ano em que se desenrola o enredo é realmente o de 1984, muitas pessoas guardariam lembranças do passado recente. Com o objetivo de evitar esse tipo de inconveniência, institui-se um dispositivo complementar à reconstrução da história, convenientemente chamado de controle da realidade, ou em Novilíngua, duplipensar. Tal mecanismo consiste em uma progressiva educação disciplinar que se inicia ainda na escola e permanece como um dever individual por toda a vida. Trata-se da aceitação incondicional de duas perspectivas imediatamente opostas ou exclusivas segundo as determinações do Partido. Por meio desse condicionamento mental, torna-se possível sobrepor eventos distintos em um espaço ínfimo de tempo. Os acontecimentos não são apenas substituídos a partir do duplipensar, mas, para o indivíduo, eles literalmente perdem a sua materialidade histórica. As reflexões de Winston permitem uma melhor compreensão do grande esforço envolvido no exercício diário do controle da realidade.

Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória, prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutiliza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência e tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. Até para compreender a palavra “duplipensar” era necessário usar o duplipensar. (ORWELL, 2003, p. 36-37).

É interessante notar que por meio desse processo o Partido polariza em cada indivíduo a inconsciência promovida pelo Estado, evitando

uma verticalização excessiva do poder disciplinar e transformando o controle em autocontrole. A prática diária do duplipensar normaliza os processos cognitivos e induz a população a sustentar a inconstante rede de distorções que sustenta a sociedade distópica. Dentro desse contexto, surgem atividades mentais específicas que coíbem a liberalização dos pensamentos e a consequente ameaça ao regime idólatra de 1984, por exemplo, o *crimedeter*.

Crimedeter é a faculdade de deter, de paralisar, como por instinto, no limiar, qualquer pensamento perigoso. Inclui o poder de não perceber analogias, de não conseguir observar erros de lógica, de não compreender os argumentos mais simples e hostis ao Ingsoc, e de se aborrecer ou enjoar por qualquer tentativa de pensamentos que possa tomar rumo herético. *Crimedeter*, em suma, significa estupidez protetora. Mas estupidez não basta. Pelo contrário, a ortodoxia, na sua expressão lata, exige sobre o processo mental do indivíduo controle tão completo quanto o de um contorcionista sobre seu corpo. Em última análise, a sociedade oceânica repousa na crença de que o Grande Irmão é onipotente e o Partido infalível. Mas como na realidade nem o Grande Irmão é onipotente, nem o Partido infalível é preciso haver uma incansável flexibilidade, de momento a momento, na interpretação dos fatos. (ORWELL, 2003, p. 204).

Carl Freedman salienta as possíveis bases utilizadas por Orwell na concepção da prática do duplipensar. Segundo ele, a ligação entre esse mecanismo de autocontrole mental e o universo experimental poderia ser rastreada a partir de postulações de Sartre.

O duplipensar, que, como a maioria das ideias satíricas do livro, *poderia* receber bases sociais e psicológicas reais, é sugerido pelo conceito sartriano de *mauvaise foi*, que se refere basicamente ao mesmo processo, mas que recebeu uma explicação real: Sartre, em seu período de maturidade, sustentou que a mente da burguesia é direcionada para a autocontradição por meio da necessidade de evitar o intolerável remorso que resultaria do reconhecimento de que a fonte principal do padrão de vida burguês é a exploração dos trabalhadores.⁵⁴ (FREEDMAN, 1984, p. 608).

Nesse contexto, Winston Smith é um indivíduo peculiar sob diferentes aspectos. Primeiramente, o protagonista não aceita passivamente a inconsciência para a qual os indivíduos são direcionados. A personagem resguarda as suas tênues memórias como forma de atingir algum resquício de realidade além do domínio do Partido. Para tanto, ele rejeita grande parte das alterações históricas das quais participa, tentando retirar dados de suas recordações de infância e das mentes dos proletários mais idosos com quem se encontra. Da mesma forma, Winston se recusa a utilizar os processos mentais envolvidos no controle da realidade e, com isso, se transforma em um inimigo declarado da estabilidade da Oceania, ou seja, um *ideocriminoso*. “A liberdade é a liberdade de dizer que dois e dois são quatro. Admitindo-se isso, tudo o mais decorre” (ORWELL, 2003, p. 82).

Contudo, é preciso salientar que, ainda que o protagonista rejeite a atitude paradoxal incutida na população, alguns de seus pensamentos e ações não estão isentos de certos métodos comuns à prática do duplipensar. Se todos os indivíduos se concentram em uma batalha dentro do universo íntimo de suas mentes, Winston se mantém em um constante conflito entre a consciência que tenta preservar e os reflexos que dela possam surgir em seu exterior. Assim, convive diariamente com perspectivas e teorias contraditórias, que o obrigam a dissociar a autonomia de seu intelecto da doutrina que deve transparecer em seus atos e palavras. O protagonista é simultaneamente um prisioneiro do regime totalitário e um criminoso ideológico sob a máscara de um indivíduo sob controle.

A outra faceta do lema em questão se vincula a um processo de alienação dos indivíduos em relação às condições políticas e sociais que os cercam. Segundo o *Dicionário Global da Língua Portuguesa*⁵⁵, dentre as diferentes significações, o vocábulo “alienação” pode se referir a um desinteresse crônico pelos problemas da época, a um estado de constante ilusão ou de isolamento do ambiente socializado. Todos esses aspectos podem ser encontrados, em maior ou menor grau, no universo distópico de *1984*. Todavia, a alienação, da mesma forma que outras características já citadas, é, ao mesmo tempo, causa e efeito da estratégia de manutenção do poder.

Em um primeiro plano, os cidadãos da Oceania são levados não apenas a aceitar passivamente as determinações colocadas pelo Estado por meio do duplipensar, mas também a se manter alheios a qualquer tipo de reflexão política. Para tanto, o trabalho e a pobreza exercem um

papel relevante na concentração dos interesses da população em áreas sociais específicas, que dificultam a problematização do regime em sua macroestrutura. Assim, os proles e os membros do Partido Externo são colocados em uma situação de tamanha privação que todos concentram as forças na própria sobrevivência ou na reivindicação de melhorias supérfluas que nunca chegam a atingir o cerne do problema, ou seja, a estrutura totalitária que os oprime. No caso dos proles, esse tipo de manipulação atinge níveis ainda mais especializados de eficiência.

Não era desejável que os proles tivessem sentimentos políticos definidos. Tudo que se lhes exigia era uma espécie de patriotismo primitivo ao qual se podia apelar sempre que fosse necessário levá-los a aceitar ações menores ou maior expediente de trabalho. E mesmo quando ficavam descontentes, como às vezes acontecia, o descontentamento não os conduzia a parte alguma porque, não tendo ideias gerais, só podiam focalizar a animosidade em ridículas reivindicações específicas. Os males maiores geralmente lhes fugiam à observação. (ORWELL, 2003, p. 73).

Dessa forma, o suposto “desinteresse” da população proletária pelas grandes questões que permeiam a sociedade é o resultado de um processo de inibição do pensamento crítico e de direcionamento dos anseios para pequenos prazeres distribuídos pelo próprio Partido, como os prêmios da loteria ou a pornografia. “O trabalho físico pesado, o trato da casa e dos filhos, as briguinhas com a vizinhança, o cinema, o futebol, a cerveja e, acima de tudo, o jogo, enchiam-lhe os horizontes” (ORWELL, 2003, p. 73).

Para Herbert Marcuse, a focalização das massas proletárias no materialismo que define suas existências sociais é um aspecto preponderante na estruturação dos sistemas políticos conhecidos e na manutenção dos conceitos que tradicionalmente regem a vida em sociedade, os quais são comumente reorganizados dentro das utopias positivas e extrapolados negativamente nos textos distópicos.

Se as relações humanas forem tão-somente humanas, se forem libertas de todos os padrões externos, elas serão impregnadas pela tristeza de seu conteúdo singular. São transitórias e

insubstituíveis e seu caráter transitório será acentuado quando a preocupação com o homem não mais estiver mesclada ao medo em relação à existência material e ofuscada pela ameaça da pobreza, da fome e do ostracismo social (MARCUSE, 1999, p. 103).

No caso dos membros do Partido, a ortodoxia surge como um elemento complementar importante, uma vez que existe a necessidade de uma educação política voltada para a manutenção do regime. Assim, é preciso controlar rigidamente o fluxo de ideias dos indivíduos para que o menor traço de pensamento herético possa ser detectado e eliminado. A passividade ignorante e fanática é uma das características principais de um membro do Ingsoc, de forma que o indivíduo não enxerga o mundo fora das lentes que lhe são permitidas. Se a preocupação com as opiniões dos proles é mínima, “num membro do Partido, por outro lado, não se podia tolerar nem o menor desvio de opinião a respeito do assunto menos importante (ORWELL, 2003, p. 202).

É interessante notar que o grau de ufanismo idólatra cresce substancialmente na hierarquia do Partido Interno e Externo, fazendo com que quanto mais alto seja o cargo do indivíduo maior seja a sua devoção ao Grande Irmão. Ao contrário de outros regimes nos quais as classes privilegiadas dominam e contribuem para a alienação do proletariado, em 1984, a manipulação ideológica ultrapassa os limites de classes e se expande para as esferas superiores da sociedade. Tal mecanismo apresenta, além de um evidente objetivo uniformizador, um aspecto funcional particular: os membros do Partido Interno atuam como células distribuidoras do poder central e, por isso, devem apresentar como características básicas de seu comportamento uma ortodoxia inabalável e um entusiasmo incondicional. O impacto do mecanismo da guerra exemplifica essa escala crescente de inconsciência na estrutura social distópica.

Em nossa sociedade, os que têm melhor conhecimento do que sucede são também os que estão mais longe de ver o mundo tal qual é. Em geral, quanto maior a compreensão, maior a ilusão; quanto mais inteligente, menos ajuizado. Nítida ilustração desta afirmativa é o fato de a histeria da guerra aumentar de intensidade à medida que se sobe na escala social [...]. É nas fileiras do Partido, e acima de tudo do Partido Interno, que se encontra o

verdadeiro entusiasmo de guerra. Acreditam na conquista do mundo, com maior firmeza, aqueles que a sabem impossível. (ORWELL, 2003, p. 207).

Novamente, a prática do duplipensar se torna imprescindível para que tais contradições se mantenham válidas e convincentes. Os membros fiéis do Partido Interno fornecem o exemplo a ser seguido e admirado por todos os outros cidadãos da Oceania, ou seja, um sujeito automatizado pelo sistema, desprovido de opinião própria e completamente alheio a real situação de seu mundo.

Simultaneamente, o distanciamento promovido pelo desconhecimento em relação aos povos dos outros dois superestados é espelhado internamente pelo isolamento de cada cidadão da Oceania. Ainda que a vigilância seja contínua e inevitável, cada indivíduo é lançado em um estado de permanente solidão por meio da destruturação de laços de confiança, amizade e carinho. A população constitui-se de uma massa de pessoas solitárias arbitrariamente unidas pela mesma ideologia política e separadas umas das outras pelo medo e pela incerteza.

Estas massas, no entanto, não estão unidas por um interesse comum ou uma “consciência” comum. Compõem-se, sim, de indivíduos, cada um seguindo seu interesse próprio mais primitivo e a unificação destes se efetua pelo fato de este autointeresse próprio se reduzir a um instinto de autopreservação, que é idêntico em todos eles. A coordenação dos indivíduos em uma multidão intensificou, em vez de abolir, sua atomização e o isolamento entre eles, e seu julgamento apenas segue o padrão em que a individualidade foi previamente moldada. (MARCUSE, 1999, p. 122).

Tal afirmação pode sugerir uma falha no sistema de controle uniformizador do Partido, mas o modelo de sujeito idealizado pelo Ingsoc é um sujeito confuso e dividido entre a fé e o ódio. Como vimos anteriormente, as produções utópicas não se resumem a idealizações de espaços, mas abrangem a articulação de um novo conceito de indivíduo e de suas relações com a realidade. Em *1984*, o coletivismo significa também a desapropriação das mentes e o isolamento dos corpos, criando sujeitos alienados e solitários. A descrição do ambiente de trabalho

de Winston serve em grande medida como representação das relações sociais na Oceania.

Os funcionários do Registro hesitavam em falar de suas atividades. No longo corredor sem janelas, com sua dupla fila de cubículos e o interminável roçar de papéis e jornais, e a zoeira de vozes murmurando dentro dos falascreves, havia cerca de uma dúzia de pessoas que Winston não conhecia nem de nome, embora as visse andar apressadas pelo pavimento ou gesticular frenéticas nos Dois Minutos de Ódio. (ORWELL, 2003, p. 43).

Marcuse analisa de forma contundente as implicações do isolamento individual no processo de alienação das massas em relação a sua realidade social e à instrumentalização desse processo para a preservação do regime.

Na organização do trabalho, a fábrica individual está isolada de todas as outras fábricas, e as várias divisões internas da fábrica estão isoladas umas das outras. Salários e condições de trabalho são segredos militares; a revelação, mesmo a um colega operário de uma outra fábrica ou divisão, é traição. Os indivíduos sabem pouco uns dos outros; são desconfiados, perspicazes e aprenderam a ficar calados. São suscetíveis à manipulação porque foram despojados de tudo o que poderia transcender seu interesse próprio e estabelecer uma comunidade real. [...] Reduzidos a esse instinto bruto e abstrato de autopreservação que é igual em todos, são facilmente impelidos para as massas que, por seu mero peso, evitam qualquer articulação de um interesse comum. Essa atomização e isolamento fornece o terreno seguro no qual as forças e faculdades do indivíduo podem servir ao regime. (MARCUSE, 1999, p. 122-123).

De forma complementar, Michel Foucault, ao analisar as características das sociedades disciplinares, fornece um diagnóstico das relações estabelecidas no universo experimental, levadas às últimas consequências por George Orwell.

O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quantos corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, 1984, p. 131).

Além disso, a indústria cultural transformada em veículo da propaganda do Partido exerce grande influência na proliferação de ilusões que intensificam o grau de alienação dos indivíduos. Novelas, revistas, filmes e obras literárias são produzidos em larga escala nos corredores do Ministério da Verdade e têm o propósito de entorpecer o imaginário da população de forma conveniente. Em *1984*, o elemento catártico latente nas expressões artísticas é utilizado como uma válvula de escape alternativa para os possíveis descontentamentos individuais e coletivos. “A arte pode promover a alienação, o estranhamento total do homem em relação ao seu mundo. Essa alienação pode fornecer, na mais total opressão, a base artificial para a memória da liberdade” (MARCUSE, 1999, p. 288).

Finalmente, o sistema educacional constitui um importante elemento normalizador utilizado habilmente pelo Partido. De um lado, os membros do Partido recebem desde a mais tenra infância uma rígida instrução voltada para a ortodoxia absoluta. De outro, o sucateamento das instituições destinadas aos proles previne a aculturação da classe e o eventual surgimento de um indivíduo intelectualmente perigoso.

No caso da camada proletária, a educação se volta essencialmente para a qualificação da mão de obra necessária ao Estado e está totalmente desvinculada de um desenvolvimento intelectual mais universalista. Em termos gerais, manter as massas na ignorância significa solidificar o controle sobre elas. “Só poderiam ficar mais perigosos se o progresso da técnica industrial tornasse necessário educá-los mais; porém, como a rivalidade militar e comercial não tem mais importância, declina o nível da educação popular” (ORWELL, 2003, p. 202).

Em suma, a força do Partido se deve em grande parte à disseminação da ignorância entre a população oceânica, sendo a docilidade e o isolamento dos indivíduos o resultado final desse processo.

Diante de todos os aspectos descritos até o momento, Winston Smith oscila entre os limites da inconsciência generalizada e da autonomia criminosa de seus pensamentos. Em sua realização mimética, a personagem representa a confusão característica de um indivíduo inserido em uma estrutura social como a da Oceania, intercalando momentos de aguda percepção crítica e de inocência quase infantil, como a sua obsessão pela figura misteriosa de O' Brien.

O desconhecimento de Winston, principalmente no que se refere a fatos históricos, não se complementa pela passividade própria do restante da população. Ao contrário, o desejo por conhecer constitui uma das alavancas da trajetória da personagem. Sua ignorância é derivada dos mecanismos do Partido, mas não atua no fortalecimento desses mesmos dispositivos, desestabilizando o processo geral de retro-alimentação.

Por outro lado, o protagonista não está livre do processo de alienação a que todos os indivíduos estão sujeitos. Seja pela necessidade de ocultar os seus reais sentimentos, seja pelas barreiras colocadas pelo Ingsoc, Winston é um homem solitário e sem raízes. Sua vida diária é um exemplo de isolamento social e de castração emotiva, fazendo com que viva simplesmente sobre o mundo e não nele. O protagonista é um sujeito, ao mesmo tempo, desconectado e perplexo em relação ao mundo em que vive, sendo que a sua singular independência crítica aumenta o seu isolamento.

Já em sua funcionalidade temática, especialmente na primeira seção da narrativa, Winston atua como um guia para o leitor das especificidades da sociedade distópica. Assim, o leitor tem acesso a um panorama geral do universo distópico criado por Orwell e desde o início do texto passa a estabelecer relações não apenas com a realidade experimental, mas também com o próprio conceito de utopia satirizada criticamente pelo autor inglês. Objetivo semelhante norteou a composição do presente capítulo, uma vez que acreditamos que para discutir as implicações dos atos do protagonista é imprescindível conhecer a estrutura social ameaçada por tais ações. Deparamo-nos então com o aterrorizante sistema político idealizado em *1984* e percebemos com aparente clareza o grau de eficiência dos mecanismos representados na

obra, os quais corroboram a classificação do texto como uma utopia negativa. É interessante notar que, na própria narrativa, Orwell faz questão de deixar clara a proximidade entre a realidade do texto e o universo extratextual que vislumbra no final da década de 1940.

A ideia de um paraíso terreno em que os homens vivessem juntos num estado de fraternidade, sem leis nem trabalho brutal, incendiaria durante milhares de anos a imaginação humana. E essa visão tinha certo fascínio mesmo sobre os grupos que realmente se beneficiaram de cada mudança histórica [...]. Mas ao advir a quarta década do século vinte, eram autoritárias todas as principais correntes do pensamento político. O paraíso terreno se desacreditara no momento exato em que se tornara realizável. Cada nova teoria política, fosse qual fosse o seu rótulo, conduzia de novo à hierarquia e à regimentação. (ORWELL, 2003, p. 196-197).

Em *1984*, esse processo é arquitetado cuidadosamente e a utopia totalitarista se transforma em uma realidade ainda mais assustadora por ser teoricamente possível. Aldous Huxley, ao analisar o sistema fascista em pleno florescimento na primeira metade do século XX, salienta bases institucionais que viriam a ser verificadas na estrutura distópica de Orwell.

Todo o planejamento fascista tem um único alvo: tornar a sociedade mais eficiente como máquina de guerra. A indústria, o comércio e as finanças são controlados para tal propósito [...]. As crianças são submetidas a uma disciplina de autoritarismo, para que cresçam, simultaneamente, obedientes a seus superiores e brutais com os seus inferiores [...]. Na escola lhes é ministrado o ensino de extravagantes mentiras quanto às realizações de seus ancestrais, enquanto a verdade a respeito de outros povos é por sua vez distorcida ou completamente suprimida. A imprensa é controlada, de modo que os adultos possam ser informados somente daquilo que convém ao ditador que eles saibam. Toda expressão de opiniões não ortodoxas é cruelmente perseguida. Um elaborado sistema de espionagem policial é organizado para investigar a vida privada e as opiniões de até mesmo os mais humildes indivíduos. A delação é encorajada e os mexericos

recompensados. O terrorismo é legalizado. A justiça é administrada em segredo – porque os procedimentos adotados são iníquos e as penalidades barbaramente cruéis. A brutalidade e a tortura são regularmente empregadas. (HUXLEY, 1979, p. 38-39).

Essa reflexão sumariza convenientemente os principais efeitos dos três lemas do Ingsoc analisados até aqui e reforça os principais aspectos do espaço totalitário desafiados pelo protagonista Winston Smith, atitude que passamos agora a analisar especificamente.